

Associação Portuguesa de Mulheres Juristas
Candidatura ao Prémio Teresa Rosmaninho



O ABUSO SEXUAL E AS ADOLESCENTES

Reflexões críticas em torno do artigo 173.º do Código Penal

Maria Beatriz de Castro Tavares Monteiro Pacheco

Porto 2013

Associação Portuguesa de Mulheres Juristas

Candidatura ao Prémio Teresa Rosmaninho

O ABUSO SEXUAL E AS ADOLESCENTES

Reflexões críticas em torno do artigo 173.º do Código Penal

Maria Beatriz de Castro Tavares Monteiro Pacheco

Porto 2013

“Os juristas devem impulsionar reformas legais e denunciar a má interpretação e aplicação da lei, por parte dos órgãos aplicadores do direito. (...) devem elaborar critérios de orientação para uma jurisprudência criativa, interferir no sistema policial-judicial para o transformar e contribuir para revoluções culturais. E também, porque não, sonhar? Uma jurista deve sonhar e transmitir os seus sonhos a outros, até que esses sonhos, um dia, se possam tornar realidade.”

(Maria Clara Sottomayor, “A situação das mulheres e das crianças 25 anos após a Reforma de 1977”, p. 174)

“E lembro, mais uma vez, a história do colibri que perante um fogo gigantesco na floresta, não parava de levar água no seu minúsculo bico. O elefante disse-lhe da sua surpresa: "Achas mesmo que vale a pena o esforço?" E o colibri respondeu-lhe muito firme: "Eu só estou a fazer a minha parte". É este espírito que, creio, deve guiar-nos nesta aventura que é a vida para que, como dizia Jorge de Sena no seu magnífico poema *Carta a meus filhos sobre os fuzilamentos de Góia* consigamos "manter-nos fiéis à honra de estarmos vivos".

(Dulce Rocha, *A força da sensibilização nas mudanças necessárias*, in <http://visao.sapo.pt/a-forca-da-sensibilizacao-nas-mudancas-necessarias=f693702>)

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	2
SUMMARY	6
INTRODUÇÃO	7
Capítulo I – Enquadramento geral: Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.....	9
Capítulo II – O crime de atos sexuais com adolescentes	13
1. Evolução legislativa e bem jurídico protegido	13
2. As adolescentes vistas pela doutrina e pela jurisprudência.....	15
3. Significado do inciso normativo “abusando da sua in experiência”	18
3.1. O entendimento da doutrina e da jurisprudência	18
3.2. A minha proposta de definição	20
4. Comportamentos com dignidade penal e carecidos de tutela criminal?	24
5. A pena e a natureza semipública do crime	28
6. O limite etário previsto. Proteção suficiente?.....	32
Cap. III – A urgência de uma mudança de mentalidades.....	35
CONCLUSÃO	39
NOTAS DE FIM DE PÁGINA	46
LEGISLAÇÃO	52
1. Legislação Nacional.....	52
2. Legislação Estrangeira	53
3. Regulamentação Diversa	53
JURISPRUDÊNCIA	56

1. Bem jurídico protegido nos crimes sexuais	56
2. Conceito de violência.....	56
3. Atos homossexuais com adolescentes	57
4. Estupro/Atos sexuais com adolescentes	58
BIBLIOGRAFIA	60
APÊNDICE I	70
ANEXO I	72
ANEXO II.....	72
ANEXO III	72
II-I - Dados estatísticos fornecidos pela Polícia Judiciária	75
II-II Estatísticas Oficiais da Justiça.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ac./acs. – acordo/acórdãos

AR – Assembleia da República

art./arts. – artigo/artigos

BFD - Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

BMJ – Boletim do Ministério da Justiça

c. – *contre*: contra

CC – Código Civil

CCCP – Comentário Conimbricense do Código Penal

CDFUE – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

CE – Código da Estrada

CEDH – Convenção Europeia dos Direitos Humanos

Cf. – Confronte

cit. - já citado numa nota anterior

CJ – Coletânea de Jurisprudência

CP – Código Penal

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

et al. - *et alii*: e outros

ed. – edição

EM – Estados Membros

i.e – isto é

ibidem – o mesmo título da nota anterior

idem – o mesmo autor da nota anterior

in – usado quando se extrai de uma obra coletiva, de uma revista ou de um *site* da internet

loc. cit. – *loco citato*: no lugar citado

MP – Ministério Público

n. °/n.°s – número/números

ob. cit. – obra já citada numa nota anterior

p./pp. – página/páginas

PJ – Polícia Judiciária

proc. - processo

RCEJ – Revista do Centro de Estudos Judiciários

Rec. – Recomendação

RMP – Revista do Ministério Público

ROA - Revista da Ordem dos Advogados

RPCC – Revista Portuguesa de Ciência Criminal

SASTJ – Sumários do Supremo Tribunal de Justiça

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

ss. – seguintes

t. – tomo

TC - Tribunal Constitucional

TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

TJ – Tribunal Judicial

TPI – Tribunal de Primeira Instância

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRE – Tribunal da Relação de Évora

TRG - Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

v.g. – *verbi gratia*: por exemplo

vd. – *vide*: veja

vol./vols. – volume/volumes

UE – União Europeia

SUMMARY

Understanding to be notorious the absence of a consensus doctrinal and jurisprudential regarding the scope of tutelage about the crime of *sexual acts with adolescents*, for the protection of victims and their safety, specially the female gender, fair, effective and egalitarian, I believe to be urgent the determination of the meaning of the abuse and victim's inexperience, a requirement the law demands for the crime fulfillment.

Not being the time now to reflect about all the problems that the incrimination rises, what I intended to promote with the file I bring to your appreciation was to prove the urges a doctrinal and jurisprudential U-turn, on the interpretation and application of the crime here in analysis. For that, I propose to analyze, in a critical perspective, the current status of the doctrine and jurisprudence about the matter; determinate the meaning of the normative incisive "abusing their inexperience"; assess the need or not of the incrimination under magistrate; reflect on the semipublic nature and penalty of the crime; assess the fair age limit suitable to categorize a victim predicted on the crime.

Finally, in a context in which it is a given fact, most of the times the abuser is of the male gender, and the victim in the majority of cases of the female gender, this brings up some questions and difficulties raised by the stereotypes of gender still today raised in the community, giving in concluding the urge of a mentality U-turn.

INTRODUÇÃO

Dentro do Direito, a minha área de predileção sempre foi o Direito Penal, por isso, não pude deixar de fazer o Mestrado nesta área. Por sua vez, dentro do Direito Penal, alguns aspetos foram, para mim, mais aliciantes do que outros e sempre me preocupei especialmente com os crimes sexuais contra mulheres, crianças e adolescentes.

Os abusos sexuais contra crianças e adolescentes com menos de 18 anos de idade são uma realidade trágica e alarmante que vitimiza, principalmente, crianças e adolescentes do sexo feminino. Num estudo realizado em São Francisco, nos EUA, 38% (357) de 930 mulheres foram vítimas de, pelo menos, um abuso sexual intrafamiliar e/ou extrafamiliar, antes de completarem os 18 anos de idade.

¹ Está em causa um problema social e humano que requer particular atenção e que reclama da doutrina e da jurisprudência conhecimentos interdisciplinares e, sobretudo, sentimentos de sensibilidade, de justiça, de empenhamento, e de proteção para com as vítimas.

Neste contexto, escolhi como tema do meu trabalho uma reflexão crítica acerca do crime de *atos sexuais com adolescentes*, designadamente, acerca do abuso da inexperiência da vítima, requisito que a lei exige para o preenchimento do crime.

Isto devido às repercussões que os abusos sexuais têm sobre as adolescentes; ao facto da doutrina e da jurisprudência sobre o tema ser muito escassa; e porque o assunto gera controvérsia, não sendo unânime o entendimento do que seja a inexperiência para efeitos do art. 173.º do CP. Acresce que tal dissensão prejudica a segurança jurídica e, consequentemente, as vítimas sexuais que nem sequer sabem se são protegidas pelo tipo legal de crime ou não.

Segundo os dados estatísticos, no crime *sub judice*, o abusador é, na totalidade dos casos, do sexo masculino e a vítima é, na esmagadora maioria deles, do sexo feminino.² Penso que importa relectir sobre este aspeto e compreender que os estereótipos de género, largamente enraizados na comunidade, afetam a Justiça e o sistema judicial penal. E compreender não é, obviamente, conformar-se. Pelo que defendo, por um lado, a urgência

de uma mudança de mentalidades e, por outro lado, a imprescindibilidade da prevenção e da repressão penal efetiva dos crimes sexuais contra mulheres, crianças e adolescentes.

Tendo em consideração a particular vulnerabilidade dos/das adolescentes, a vinculação do Estado à sua especial proteção, e as consequências profundamente nocivas para o desenvolvimento integral das vítimas que advêm dos abusos sexuais, não entendo como pode a doutrina e a jurisprudência depreciar a gravidade desses comportamentos contra adolescentes.

Não cabendo aqui aprofundar todos os problemas que o crime suscita, o que pretendi fazer com o trabalho que trago à vossa apreciação foi demonstrar que urge uma viragem doutrinal e jurisprudencial na interpretação e aplicação do crime em estudo. Para tanto, proponho-me: analisar, numa perspetiva crítica, o estado atual da doutrina e da jurisprudência sobre o assunto; determinar o significado do inciso normativo “abusando da sua inexperiência”; aferir da necessidade ou desnecessidade da incriminação *sub judice*; refletir sobre a pena e a natureza semipública do crime; e aquilatar da justeza do limite etário da vítima nele previsto.

CAPÍTULO I

Enquadramento geral: Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual

A abrir o Livro II do CP encontram-se os crimes contra as pessoas (Título I - arts. 131.º e ss. do CP)³ em claro sinal da sua primazia no universo penal português. Desde a revisão de 1995, deixaram os crimes sexuais – previstos e punidos no Capítulo V do Título I - de ser entendidos como crimes contra o bem jurídico supraindividual da moral social para serem considerados crimes contra o bem jurídico estritamente pessoal da liberdade e autodeterminação sexual.

Este Capítulo divide-se em duas secções: a primeira designada “Crimes contra a liberdade sexual”, a segunda denominada “Crimes contra a autodeterminação sexual”. Isto não significa que o bem jurídico tutelado na primeira secção seja a liberdade sexual e, na segunda secção, a autodeterminação sexual.⁴ Na verdade, “a Secção I protege a liberdade (e/ou autodeterminação) sexual de *todas* as pessoas, sem fazer aceção de idade; enquanto a Secção II estende essa proteção a casos que ou não seriam crime se praticados entre adultos, ou o seriam dentro de limites menos amplos, ou assumiriam em todo o caso uma menor gravidade; e estende-a porque a vítima é (...) um *menor* de certa idade.”⁵

Assim, na Secção II, a liberdade e autodeterminação sexual surgem ligadas a um bem jurídico complexo, na medida em que, além de se tutelarem estas duas, protege-se, não só o **livre desenvolvimento da personalidade da criança e da/do adolescente, em particular na esfera sexual**⁶, “mas também a *qualidade emocional da sua vida*, uma vez que os danos psíquicos causados se projetam no futuro, afetando também a vida adulta.”⁷ Como afirma CONCEIÇÃO CUNHA, a especial proteção penal das crianças e das/dos adolescentes justifica-se plenamente dada a sua particular vulnerabilidade.⁸

Com efeito, a Declaração dos Direitos da Criança, logo no seu preâmbulo, proclama que a criança, pela sua “falta de maturidade física e intelectual”, necessita de

proteção e cuidados especiais e o art. 34.º da Convenção sobre os Direitos da Criança impõe aos Estados o dever de prever todas as medidas adequadas a protegê-la de todas as formas de violência e de exploração sexuais. Neste contexto, o art. 69.º, n.º 1 da CRP estabelece que “as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.”⁹ Daqui resulta que, por um lado, o Estado tem a obrigação de assegurar, de forma especial, os seus direitos - nomeadamente, o direito à dignidade, à segurança, à saúde, ao desenvolvimento da personalidade, à integridade física e psíquica¹⁰ - e que, por outro lado, a sociedade, os adultos, têm um dever de respeito acrescido em relação às crianças.

PEDRO STRECHT salienta que “Portugal apresenta hoje dos piores índices da União Europeia em indicadores de bem-estar psicossocial da população infantil e juvenil.”¹¹ Os abusos sexuais podem causar às crianças e às/aos adolescentes inúmeras perturbações - a curto, médio e longo prazo - tais como a Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD), “ficando o horror gravado nos circuitos emocionais do cérebro e sendo revivido ciclicamente ao longo da vida”¹², depressão, medo, vergonha¹³, sentimentos de culpa, tentativas de suicídio, automutilação, dissociação entre corpo e mente, estigmatização, sentimentos de desconfiança relativamente aos adultos em geral, isolamento, agorafobia, disfunções sexuais, maior tendência para consumo de drogas ou de álcool, regressão no desenvolvimento, insucesso escolar, fugas de casa, e mudanças de comportamento, não raras vezes passando uma adolescente sossegada e responsável a ser agressiva e conflituosa.¹⁴

Em especial no que diz respeito às crianças e adolescentes do sexo feminino, estas consequências repercutem-se em toda a sua vida futura, vendo elas a sua vida adulta inevitavelmente impregnada de sofrimento em virtude de grandes problemas de autoestima e de muitas dificuldades na vida afetiva, sexual, social e profissional.¹⁵ Vejam-se as palavras de uma mulher que foi abusada sexualmente durante a infância: “Não consigo ter um namorado. Queria muito que isso acontecesse, mas sempre que um rapaz me toca, não suporto, porque tudo me vem à cabeça. Sinto uma espécie de frio a passar pelo corpo e quero fugir.”¹⁶ Acresce que, como afirma CLARA SOTTOMAYOR, as mulheres vitimizadas na infância ou na adolescência sofrem grandes “angústias em relação à

maternidade, provocadas pelo medo de que esta seja marcada pelo passado ou que se reproduza a mesma agressão.”¹⁷

Por tudo isto, subscrevo inteiramente a afirmação de PEDRO STRECHT: “Os abusos sexuais de [crianças e adolescentes] (...) são verdadeiros assassinatos da alma. (...) Falamos de tragédias de vivos, com partes importantes da sua vida psíquica que morreram nos atos em que foram abusados. (...) Morre a ingenuidade, desaparece a alegria, não volta a confiança, escoa-se a esperança.”¹⁸

Ademais, “os crimes sexuais não afetam apenas as vítimas, a família (...) e pessoas que a ela estão emocionalmente ligadas são também vítimas (...) indiretas do crime.”¹⁹ Como afirma ISABEL ALBERTO, “a criança e a/o adolescente transportam uma suscetibilidade maior às situações de maltrato (...) agravada pelo ainda curto percurso de desenvolvimento que se caracteriza por um conjunto menos elaborado e completo de estratégias para lidar com situações nocivas para a sua integridade física e psicológica.”²⁰ Posto isto, o que diverge na Secção II em relação à Secção I é o maior grau de necessidade de proteção em função da idade das vítimas.

Outra razão de ser para esta divisão é o facto de, na Secção II, não haver violência ou ameaça grave, mas sim “acordo” ou, melhor dizendo e adotando a expressão de CONCEIÇÃO CUNHA, “aparência de acordo”.²¹ Essencial é compreender que se estivermos perante os meios típicos de constrangimento a ato sexual (violência²², ameaça grave, o agente ter tornado a vítima inconsciente ou na impossibilidade de resistir), o crime a aplicar será sempre o do art. 163.º, n.º 1 ou o do art. 164.º, n.º 1, sendo a pena aplicável agravada se a vítima tiver menos de 16 ou de 14 anos (n.ºs 5 e 6 do art. 177.º)

Tendo em consideração os diferentes estádios de desenvolvimento das crianças e das/dos adolescentes, o CP recorre a escalões etários da vítima para determinar as condutas sexuais puníveis e respetivas penas: até aos 14 anos (arts. 171.º e 177.º, n.º 6); entre os 14 e os 16 anos (arts. 173.º e 177.º, n.º 5); e entre os 14 e os 18 anos (arts. 172.º e 174.º) A especial proteção penal das crianças e adolescentes vai diminuindo à medida do seu crescimento²³, pois o grau em que, nas várias fases da vida, o desenvolvimento integral da personalidade reclama a intervenção penal varia.²⁴

Assim, a partir dos 14 anos, “a protecção, se bem que ainda visível e actuante, é relativa”²⁵, “circunscrevendo-se a determinado tipo de actos cometidos em circunstâncias particulares”²⁶: no art. 172.º, o agente é aquele que tenha a confiança para educação ou assistência da/do adolescente; no art. 173.º, o agente é o adulto que abusou da sua inexperiência; e no art. 174.º, o adulto que pagou ou ofereceu outra contrapartida à/ao adolescente.

CAPÍTULO II

O crime de atos sexuais com adolescentes

1. Evolução legislativa e bem jurídico protegido

O art. 173.º, epígrafado “Atos sexuais com adolescentes”, encontra as suas raízes no antigo crime de estupro.²⁷ Nos termos do art. 392.º do CP de 1886, praticava tal crime o homem que seduzisse mulher virgem, maior de 12 e menor de 18 anos, para com ela ter cópula. A jurisprudência interpretava de forma muito ampla o conceito de sedução, nele incluindo, nomeadamente, as dádivas, o namoro e quaisquer contactos físicos.²⁸ Objeto de proteção era a virgindade da mulher. A sua perda “fora das regras de acesso normal à obtenção dessa mercadoria”²⁹ - i.e, sem ser através do casamento, único espaço possível para uma sexualidade feminina - conspurcava moral e socialmente a mulher e a sua família. Daí a obrigação de dote e o “casamento-remédio”³⁰ (art. 400.º) da vítima com o estuprador: vigorava o brocardo “*matrimonium omnia solvit*”.

Através da previsão do crime de estupro o que se pretendia era o controlo sobre a castidade feminina numa “perspectiva de resguardo da pureza” das mulheres. Vejam-se as palavras do STJ: “o dano do desfloramento ainda hoje é constitutivo de valor quase determinante na nossa sociedade (...) encontram-se em jogo o pudor, a honra (...) o futuro ético-social da ofendida.”³¹ Tratava-se de controlar, de reprimir, e de punir os comportamentos das mulheres considerados moral e socialmente inadmissíveis.

O CP de 1982 deixou de exigir a virgindade da vítima e de fazer distinção de sexo (quer agente, quer vítima pode ser homem ou mulher). Nos termos do art. 204.º, cometia o crime “quem tivesse cópula com menor entre os 14 e os 16 anos, abusando da sua inexperiência ou mediante promessa séria de casamento.” A reforma de 1995 restringiu o âmbito da incriminação, passando o meio típico de execução a ser apenas o abuso da

inexperiência da vítima. Desapareceu, assim, a referência ao casamento e a alusão a um comportamento sexual “decente” antes daquele. Ou seja, separou-se a moralidade social dos crimes sexuais. A revisão de 1998 alterou a epígrafe para “Actos sexuais com adolescentes”, estabeleceu que agente do crime só pode ser uma pessoa maior de idade e equiparou à cópula os coitos anal e oral.

O ac. do TC n.º 247/05 declarou inconstitucional, por violação dos arts. 13.º, n.º 2 e 26.º, n.º 1 da CRP, o anterior art. 175.º na parte em que punia a prática de atos homossexuais com adolescentes mesmo que se não verificasse abuso da sua inexperiência.³² Por sua vez, o ac. do TC n.º 351/2005 julgou inconstitucional o art. 175.º na parte em que a categoria de atos homossexuais de relevo incluía atos não punidos no anterior art. 174.º Assim, a Lei 59/2007 revogou o art. 175.º (“Actos homossexuais com adolescentes”) e o atual art. 173.º passou a abranger, indistintamente, atos sexuais de relevo homo e heterossexuais. Na verdade, há muito que a doutrina majoritária vinha questionando a constitucionalidade do tratamento diferenciado das referidas condutas.³³

No contexto da preocupação e intervenção crescente do Estado no âmbito dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, a Lei 59/2007 alargou o crime *sub judice*, abrangendo qualquer ato sexual de relevo (n.º 1)³⁴, acrescentando a introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos ao elenco de atos sexuais de relevo qualificados (n.º 2) e punindo quem levar as/os adolescentes a praticarem atos sexuais de relevo com outrem.

Em suma, o crime em apreço sofreu uma evolução positiva ao longo do tempo e assumiu uma *ratio legis* diferenciada, vendo destronado o controlo e a valoração ético-social da virgindade das mulheres, pela proteção do bem-estar e do livre desenvolvimento da personalidade das/dos adolescentes. Está em causa, como já assinalei, a tutela de um bem jurídico complexo na medida em que, apesar do núcleo de proteção ser a liberdade e autodeterminação sexual, se tutelam outros direitos das/dos adolescentes, consabida e universalmente fundamentais, tais como a dignidade, a saúde, a integridade física e psíquica, a segurança e a autoestima.

Por isso, com o devido respeito, não compreendo como CARMO DIAS possa afirmar que o art. 173.º “nada tem a ver com o desenvolvimento da personalidade do adolescente mas antes com considerações éticas, representadas e avaliadas pelos

adultos.”³⁵ A autora entende que o abuso da inexperiência não pode influir no processo formativo da personalidade da vítima. Como tal, no art. 173.º, tratar-se-ia da tutela de um determinado comportamento sexual dos jovens, i.e, do “reconhecimento legal de padrões sociais sexuais.”³⁶

Este raciocínio deixa-me estupefacta e não deve vingar. Não está em causa um “programa de controlo sexual”³⁷ imposto pelos adultos às/aos adolescentes, mas a tutela do seu livre desenvolvimento físico e psíquico, mormente no âmbito sexual, sem experiências traumáticas advindas de intromissões **abusivas** de adultos. Não foi intenção do legislador impor um comportamento social e moralmente conforme, mas proteger bens jurídicos essenciais à pessoa! Com efeito, não estamos ante uma incriminação generalizada e indiferenciada de todos os atos sexuais entre adultos e adolescentes, independentemente de qualquer atentado à sua autodeterminação sexual, mas perante uma incriminação de atos sexuais obtidos mediante abuso da inexperiência das/dos adolescentes. O que se protege são as/os adolescentes, individualmente considerados, não o que a sociedade entende ser adequado às/aos jovens, i.e, uma moral social sexual. Vimos que este entendimento há muito foi ultrapassado: não voltemos a subverter as funções do DP. A finalidade última e o fundamento do crime em estudo é, como reiteradamente venho sublinhando, a proteção do livre desenvolvimento das/dos adolescentes!

2. As adolescentes vistas pela doutrina e pela jurisprudência

Conforme constata ANTÓNIO DE ARAÚJO, “instaura-se na consciência de muitos cidadãos uma espécie de *césure* mental entre crianças e adolescentes” que conduz à defesa de uma proteção máxima em relação às primeiras, enquanto em relação aos segundos “(...) é frequente ouvir-se: «(...) desses não tenho pena nenhuma, já sabem bem o que fazem.»”³⁸ Com efeito, a jurisprudência e a doutrina dominantes depreciam a gravidade dos abusos sexuais contra adolescentes. MARIA JOÃO ANTUNES considera que é até aos 14 anos que “a prática de actos sexuais prejudica o desenvolvimento global.”³⁹ Indo ainda mais longe, CARMO DIAS afirma que “o adolescente, além de ser fisiologicamente um

adulto, também o é intelectualmente.”⁴⁰ No mesmo sentido, VERA RAPOSO entende que, a partir dos 14 anos, a personalidade já se encontra sedimentada.⁴¹

Salvaguardado o devido respeito, não se me afigura correto tal entendimento. Se é verdade que a repercussão do abuso sexual é distinta numa criança e numa/num adolescente⁴², isso não tira relevo ao facto de a partir dos 14 anos ainda estarmos perante raparigas vulneráveis carecidas de especial proteção. Aliás, há quem afirme que os abusos sexuais na adolescência são mais prejudiciais do que na infância devido a uma maior consciência acerca do significado sexual dos atos praticados.⁴³ Os 14 anos são entendidos como “a fronteira entre a infância e a adolescência”⁴⁴ e esta constitui uma “etapa **decisiva** para a formação da identidade”⁴⁵ e da autodeterminação, também sexual, de uma pessoa. Nesta medida, é indubitável que experiências sexuais abusivas, nesta fase do crescimento, podem prejudicar gravemente o processo formativo da personalidade e da sexualidade!

Não creio que as/os adolescentes sejam intelectualmente adultas/os. Em princípio, as/os primeiras/os não possuem a mesma capacidade de análise e de decisão das/dos segundas/os. Se é verdade que, como sublinha REIS ALVES, existe “uma indesmentível precocidade no desenvolvimento físico e sexual dos jovens de hoje”⁴⁶ do ponto de vista do crescimento corporal e do surgimento dos caracteres sexuais secundários (v.g, alterações pilosas), não é menos certo que “(...) a evolução do psiquismo não segue o ritmo da evolução do corpo; pelo contrário, a imaturidade afectiva, o infantilismo do carácter são mais marcados do que anteriormente.”⁴⁷ De facto, nas/nos adolescentes de hoje, há uma grande discrepância entre, por um lado, maturidade física e cognitiva e, por outro lado, maturidade emocional.

A adolescência caracteriza-se pela instabilidade emocional, permeabilidade a influências, precipitação, imprevisão das consequências dos comportamentos assumidos, e por uma certa irresponsabilidade.⁴⁸ Não faria sentido uma rapariga de 14 anos ser equiparada a uma adulta no que respeita à liberdade sexual e só a partir dos 16 anos poder frequentar discotecas (art. 4.º, n.º 4 do DL n.º 396/82).

Com efeito, não raras vezes, as adolescentes envolvem-se em atos sexuais mercê de fatores de pressão exteriores - v.g., as amigas mais velhas assim as aconselharem, consulta de *sites* que digam ser educativo ter tais experiências, ouvirem os colegas rapazes dizerem

que preferem as mulheres com experiência sexual - e não avaliam as consequências dos seus atos. Veja-se o depoimento de uma adolescente vítima: “Na altura não sabia como lidar com as coisas que ele fazia, então dizia que sim e fazia tudo.”⁴⁹ De facto, como salientam SUE MONTFORT e PEGGY BRICK, muitas vezes, as adolescentes envolvem-se sexualmente com homens adultos por acharem que serão mais atenciosos do que parceiros da mesma faixa etária, que serão protetores e que cuidarão delas, para impressionar as amigas, e/ou para se convencerem a elas próprias que são mais maduras e mais importantes do que as colegas da mesma idade.⁵⁰

Ora, se um adulto explora e abusa da iniciativa de uma adolescente que, em face da pouca idade e do circunstancialismo do caso concreto, não dispõe das condições necessárias para a formação livre da sua vontade, deve ser punido. Com efeito, julgo que não se deve negar o abuso sexual só por ter sido a adolescente a tomar a iniciativa. Penso que não se pode cair no erro de excluir o abuso “com o recurso à imagem da Lolita precoce e sedutora, na qual se culpabiliza a jovem, que é encarada como uma provocadora dos homens.”⁵¹ Mesmo quando quem toma a iniciativa é a adolescente, entendo que é possível, e não raro, um aproveitamento abusivo da sua vulnerabilidade e inexperiência, devendo atender-se às circunstâncias que enunciarei no próximo ponto para se chegar a alguma conclusão.

Em sentido contrário, CARMO DIAS, FIGUEIREDO DIAS, MARIA JOÃO ANTUNES e SARAGOÇA DA MATTA entendem ser de negar o abuso da inexperiência da adolescente e, por conseguinte, a existência de crime quando é aquela a tomar a iniciativa.⁵² A meu ver, esta posição doutrinal, culpabilizando automaticamente a adolescente pelo abuso sexual, faz tábua rasa das circunstâncias do caso concreto, das características da adolescência, e do bem jurídico protegido! Nas palavras de ROBIN WEST, “a piedade ou tolerância pelo autor do crime é feito à custa de falta de humanidade e de justiça para com as vítimas.”⁵³

3. Significado do inciso normativo “abusando da sua in experiência”

Para o preenchimento do crime de atos sexuais com adolescentes não basta a prática de atos sexuais de relevo, nem que a vítima tenha entre 14 e 16 anos. Exige-se ainda que o agente, maior de idade, tenha abusado da in experiência da vítima. Assim sendo, é crucial densificar esta cláusula restritiva da incriminação. Contudo, o entendimento do que seja a in experiência para efeitos do disposto no art. 173.º não é unânime nem na doutrina, nem na jurisprudência. Pelo que se torna difícil apurar quando ocorre o abuso da in experiência, com inerentes prejuízos para a segurança jurídica e para as vítimas sexuais. Analisemos, então, este requisito legal com vista a clarificar o âmbito de proteção do crime *sub judice*.

3.1. O entendimento da doutrina e da jurisprudência

CARMO DIAS identifica a in experiência constante do art. 173.º com a virgindade⁵⁴ e considera que, através do requisito do abuso da in experiência, o legislador condenou à castidade as/os adolescentes entre os 14 e 16 anos, “assim passando a controlar, reprimir e limitar a sua sexualidade.”⁵⁵ No entender da autora, “hoje em dia, tendo em atenção todos os meios técnicos de acesso à informação que são postos (...) à disposição dos jovens desde tenra idade, é duvidoso (...) que adolescentes entre os 14 e 16 anos, que receberam uma escolarização normal, sejam susceptíveis de cair em artifícios.”⁵⁶ Prossegue a autora: “será difícil configurar casos de abuso de in experiência, tanto mais que os adolescentes cada vez mais estão preparados para saber optar pela resposta certa às solicitações que lhes são propostas (...) e (...) será difícil que alguém (...) vá «investir» numa relação com um adolescente entre 14 e 16 anos, simplesmente para obter sexo, quando pode obter o mesmo resultado por outras vias mais fáceis e rápidas.”⁵⁷

Também PINTO DE ALBUQUERQUE entende que “na sociedade de informação do século XXI, só muito excepcionalmente, em meios muito fechados, se pode configurar essa inexperiência”, sendo que “de todo afastada está a inexperiência do adolescente quando ele já tenha tido experiências sexuais.”⁵⁸ No mesmo sentido, BARRA DA COSTA afirma que “nas circunstâncias actuais, ninguém engana meninas de 14 anos, que sabem o que esqueceu ao diabo. (...) Curioso será verificar um estupro cometido por meio de abuso da inexperiência de quem já não é virgem.”⁵⁹ Para MOURAZ LOPES, “inexperiente será a pessoa que não possui o conhecimento prático das actividades sexuais.”⁶⁰ Estes autores aproximam-se, assim, do pensamento de NÉLSON HUNGRIA, para quem inexperiência é “a falta de experiência prática, sensível, sobre o domínio fisiopsíquico da libido.”⁶¹ MAIA GONÇALVES e VERA RAPOSO afirmam que só em casos extremos poderá ocorrer um abuso da inexperiência de quem já não é virgem.⁶² Também ANTÓNIO DE ARAÚJO, LEAL-HENRIQUES, SARAGOÇA DA MATTA e SIMAS SANTOS reconduzem o elemento típico à inexperiência sexual, ressaltando, todavia, a experiência sexual anteriormente adquirida num contexto de abuso.⁶³ REIS ALVES considera que “o abuso da inexperiência de mulher não virgem (...) exige um esforço probatório assinalável”.⁶⁴

Por seu turno, ANA ALFAIATE, CARMONA DA MOTA, CONCEIÇÃO CUNHA, JORGE DUARTE e JOSÉ VILALONGA sustentam que inexperiência não é sinónimo de ausência de contactos sexuais prévios.⁶⁵ CARMONA DA MOTA sublinha mesmo que a inexperiência não corresponde a inexperiência sexual, mas a fragilidade sentimental. Saliente-se que FIGUEIREDO DIAS afirmava, em 1999, que abusar da inexperiência significa “explorar a (ou aproveitar-se da) inexperiência sexual da vítima”, mas, na nova ed. do CCCP, o autor eliminou da sua definição o qualificativo “sexual”, referindo-se apenas a inexperiência.⁶⁶

Talvez devido ao facto de ainda permanecer “na cultura actual, a divisão entre mulheres (...) respeitáveis e não respeitáveis”⁶⁷, também a jurisprudência dominante reconduz a inexperiência à inexperiência sexual⁶⁸, dando lugar a penosas consequências para as/os adolescentes. Não me refiro apenas aos sentimentos de culpa por acharem que deveriam ter sido capazes de evitar o abuso sexual ou que deveriam ter resolvido o problema sozinhas/os, mas também ao medo de retaliações futuras e aos estigmas

vexatórios decorrentes da prova de serem detentores de uma “experiência” que até aí desconheciam! Por outro lado, essa interpretação restritiva conduz, não só a um reduzido número de queixas, duvidando as vítimas da eficácia das mesmas, como também a um número de condenações inferior às queixas apresentadas.⁶⁹

Com efeito, são frequentes os discursos de **culpabilização das vítimas**, demonstrativos de uma visão mais protetora dos adultos abusadores do que das adolescentes vítimas. Os tribunais deslocam “o eixo do processo da conduta do réu para a da vítima”⁷⁰, olvidando o atentado ao livre desenvolvimento da sua personalidade e deixando **impunes os abusadores sexuais**, estigmatizando a vítima. Como afirma ROBIN WARSHAW, “ela é criticada por aquilo que fez, ou por aquilo que é, em vez do homem ser condenado pelo crime cometido.”⁷¹ Assim, as adolescentes, para além do sofrimento e das consequências nefastas para o seu desenvolvimento que resultam do abuso sexual, ainda sofrem os efeitos da ineficácia do sistema de justiça penal, que conduz a perigos reais de repetição das condutas criminosas e constitui uma injustiça que abala a confiança nos Tribunais.

Termino este ponto com as palavras de um adolescente vítima de abusos sexuais: “Eu já estive preso, mais de um ano, porque andei a roubar. Drogava-me, ‘tá a ver, precisava de estar com a moca para esquecer tudo aquilo que tinha passado. Mas, quem me fez mal primeiro, ainda anda à solta. E então?”⁷²

3.2. A minha proposta de definição

Com o devido respeito, discordo radicalmente da jurisprudência e da doutrina dominantes ao restringirem a inexperiência a que alude o art. 173.º à inexperiência sexual.

A meu ver, atendendo à teleologia da norma, à sua evolução legislativa, à letra da lei, e à localização sistemática do preceito, não se deve identificar a inexperiência, nem com o desconhecimento teórico sobre a sexualidade, nem com a ausência de experiência prática.

Com efeito, o bem jurídico protegido é o livre desenvolvimento da personalidade das/dos adolescentes “à margem de perturbações ou traumas”⁷³; a virgindade deixou de constituir requisito do crime em 1982; e, se fosse intenção do legislador referir-se exclusivamente à inexperiência sexual, tê-lo-ia feito! Vimos que, desde 1995, deixaram os crimes sexuais de ser entendidos como crimes contra a moral social. Pelo que deduzir da falta de virgindade das adolescentes a sua experiência, para efeitos do art. 173.º, representa uma reminiscência moralista e “uma rotulação ética, moral, social e juridicamente inaceitável”!⁷⁴ Inexiste, portanto, qualquer razão – seja teleológica, histórica, literal ou sistemática – que permita afastar a proteção dada pelo crime em apreço às adolescentes que já tenham tido contactos sexuais ou, pior, que estejam informadas sobre a sexualidade.

Afigura-se-me ser de elementar bom senso que não é por habitar num meio urbano, conhecer a natureza sexual dos atos praticados, ser boa aluna e ter um nível intelectual avançado para a idade, que uma adolescente de 14 anos deve ser considerada experiente – e logo, insuscetível de abuso - para efeitos do crime *sub judice*!⁷⁵ Da mesma forma que não é por já ter tido contactos sexuais que merece deixar de ser protegida. Não quero com isto afirmar que o juiz não deve ter em conta o facto do agente ter iniciado sexualmente a vítima, mas tão-só que não deve inferir, automaticamente, da prática de atos sexuais anteriores a experiência daquela.⁷⁶ Como acentua o TRP, a inexperiência “não envolve, necessariamente, nem depende de o menor ter tido ou não experiências sexuais anteriores.”⁷⁷ A ser diferente, ou seja, a limitar a inexperiência à inexperiência sexual, ficariam fora do crime comportamentos que notoriamente têm que o integrar. Exemplificando: Não cometeria o crime aquele homem de 50 anos, amigo do pai da vítima, que, ao levá-la à escola, a masturbasse, conquanto a adolescente, de 15 anos, já tivesse tido experiências sexuais.

Por outro lado, refira-se que a inexperiência das/dos adolescentes não se presume em função da idade. A idade da vítima (entre os 14 e os 16 anos) é um dos elementos constitutivos do crime⁷⁸, pelo que a inexperiência, outro dos seus elementos constitutivos, deve encontrar-se com base noutros fatores. Os limites etários são apenas um indicador: adolescentes da mesma idade possuem frequentemente graus de maturidade diversos.

A meu ver, a inexperiência só pode ser aferida casuísticamente e está intimamente ligada à vulnerabilidade, fragilidade, personalidade, e capacidade de reatividade das vítimas. Assim, entendo que o meio típico de execução *abuso da inexperiência da vítima* abrange as condutas exploratórias das diversas situações de carência (afetiva, psicológica, educativa) que sejam suscetíveis de levar as/os adolescentes a consentirem na prática de atos sexuais. Julgo estarmos perante um elemento típico lato – no sentido em que abrange uma multiplicidade de situações – e unitário – porque todas elas se reconduzem a uma situação de exploração da vulnerabilidade ou fragilidade da vítima, sendo indispensável atender às circunstâncias do caso concreto para determinar se o adulto abusou da inexperiência da vítima.

Nesta medida, considero que o juiz deve valorar tudo o que demonstre o **domínio**, a assimetria e o **desequilíbrio de poder** entre o adulto e a adolescente. Nomeadamente: o tipo de relação existente entre ambos; a diferença de idades⁷⁹; a diferença de força física e psíquica; o local da prática do facto⁸⁰; a falta de inserção familiar, económica e social da adolescente; o grau de maturidade desta última; e o contexto sociocultural onde a prática sexual teve lugar. Ou seja, o juiz deve “ter presente tudo aquilo que contribua para aprofundar a assimetria da relação e, com isso, potenciar a viciação do consentimento.”⁸¹

A propósito do contexto sociocultural, ANA ALFAIATE sustenta que não é descabido considerar subtraída do âmbito de tutela da norma a prática de atos sexuais com adolescentes com menos de 16 anos, inexperientes, mas que casam, como frequentemente sucede na cultura cigana.⁸² Contudo, havendo abuso da inexperiência, penso que, mesmo em face de uma cultura diversa, há espaço de intervenção penal. Não é por poder casar, nem por pertencer à etnia cigana, que se deve negar a proteção que a lei penal quis conferir às adolescentes vítimas de abuso sexual.⁸³

Discordo inteiramente do pensamento de CARMO DIAS referido no subponto anterior. A intenção do legislador não foi evitar uma iniciação sexual antes dos 16 anos, até porque as relações sexuais entre adolescentes, e entre adolescentes e adultos que não abusem da sua inexperiência, não são punidas. Ademais, o facto das/dos adolescentes, desde cedo, terem acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) não os torna insuscetíveis de cair em artifícios! As afirmações da autora, de PINTO DE

ALBUQUERQUE, e de BARRA DA COSTA, reconduzíveis à ideia de que, “nas condições sociais hodiernas (...) de pública e maciça sexualização do quotidiano”⁸⁴, a inexperiência das/dos adolescentes é coisa que não pode existir, deixam-me atónita!

Não creio que as/os adolescentes estejam cada vez mais “preparados para saber optar pela resposta certa às solicitações que lhes são propostas”, nem que “nas circunstâncias actuais, ninguém engana meninas de 14 anos, que sabem o que esqueceu ao diabo”, muito pelo contrário! Atualmente, as/os adolescentes encontram-se sujeitos a inúmeras pressões (dos amigos, dos colegas mais velhos, das redes sociais, dos programas televisivos); os *chats* são, muitas vezes, utilizados por abusadores sexuais⁸⁵; e a imaturidade afetiva, a permeabilidade a influências, e o infantilismo do carácter são mais marcados do que anteriormente.

Não se diga que será difícil um adulto “investir numa relação com um adolescente simplesmente para obter sexo”: infelizmente, os abusos sexuais são uma trágica e preocupante realidade! Gostaria de chamar a atenção para as seguintes palavras de abusadores de raparigas adolescentes: “é como chegar ao topo de uma montanha porque nunca ninguém esteve lá antes”, “um dia hão de casar e os maridos delas hão de agradecer as coisas que lhes ensinei”, “jantar no McDonald’s, uma peça de joalharia barata e tenho sexo por um mês”, “são fáceis de manipular, dão-te aquilo que queres, ao contrário de mulheres maduras”, “são frescas, quem quer uma coisa velha e usada?! ”⁸⁶

Muitos autores consideram que não é legítima a intervenção penal nos relacionamentos sexuais entre adultos e adolescentes, desde que estes deem para tanto o seu consentimento. Como se o acordo das/dos adolescentes tudo resolvesse e tudo apagasse. CARMO DIAS afirma que não se vislumbra como é que a inexperiência pode afetar o consentimento que as/os adolescentes prestam. A resposta é simples: numa situação de abuso da inexperiência, o consentimento prestado para o ato sexual não é nem esclarecido, nem autêntico, nem espontâneo.⁸⁷ Pelo contrário: é um consentimento **viciado**, determinado por influências externas, manipuladoras, e fraudulentas.

É necessário ter em atenção as condições em que as/os adolescentes manifestam a sua vontade. Muitas vezes, por detrás de uma submissão ou de um acordo aparente, está uma situação de grande fragilidade emocional e uma forma da/do adolescente abusada/o

conseguir obter “carinho e atenção” de alguém: “Ele dizia para eu o tratar por pai. E era simpático para mim. (...) A primeira vez que fui ver um jogo de futebol, foi com ele. (...) eu não conhecia o meu pai verdadeiro” – Helder, 14 anos, vítima de abuso sexual.⁸⁸ Com efeito, como BARRA DA COSTA muito bem sublinha “quando as vítimas não têm outros adultos que cuidem delas, estes [os abusadores sexuais] são entendidos como os únicos que se preocupam com elas e o sexo passa a ser representado como forma de receber afecto.”⁸⁹

Não se deve olvidar “o fascínio que a imagem de uma vida já construída pode exercer sobre um adolescente”⁹⁰, sobretudo se mal inserido familiar e socioculturalmente, porque faltou o interesse para com as suas necessidades, faltou o carinho e a vigilância, não existiu afeto, nem proteção. As/os adolescentes que passam muito tempo sós e vivem nos meios mais desfavorecidos sofrem de um risco acrescido de serem vítimas de abusos sexuais. Isto porque são mais vulneráveis e apresentam mais carências afetivas, “procurando a atenção de quem quer que seja”⁹¹, e os abusadores sabem que estas/es adolescentes são alvos fáceis para levarem a cabo os seus objetivos. E aquele fascínio de que falava é ainda mais visível nas adolescentes. Vejam-se os depoimentos de raparigas adolescentes vítimas de abusos sexuais: “Sinto que é lisonjeiro quando um homem mais velho gosta de mim. Faz-me sentir um pouco melhor comigo mesma”; “tratam-te como se fosses mais velha, enquanto os outros acham que és insignificante”; “É sobretudo porque, não sei...toda a gente tem um namorado com carro, e eu também quero um namorado assim.”⁹²

4. Comportamentos com dignidade penal e carecidos de tutela criminal?

Indaguemos, agora, se a incriminação em estudo é materialmente fundada ou se, pelo contrário, a sua existência se mostra desnecessária.

A doutrina dominante (FIGUEIREDO DIAS, MARIA JOÃO ANTUNES, CARMO DIAS, TERESA BELEZA, VERA RAPOSO, EDUARDO COSTA, JOSÉ BELEZA e

MARGARIDA PEREIRA) defende a descriminalização, atribuindo a tutela do livre e integral desenvolvimento das/dos adolescentes “a outros meios de política social, nomeadamente, de carácter moral, educativo e religioso.”⁹³ Ou seja, no entendimento da doutrina majoritária, um adulto que abuse da inexperiência de uma adolescente, não dependente e com idade entre os 14 e os 16 anos, para com ela praticar atos sexuais de relevo, não deveria ser punido.

VERA RAPOSO entende estarmos perante uma “incriminação obsoleta, num mundo perpassado por novas concepções.”⁹⁴ No mesmo sentido, CARMO DIAS afirma que as condutas em causa “não envolvem prejuízo, nem colocam em perigo o desenvolvimento da personalidade do adolescente.”⁹⁵ No seu entender, a previsão do crime traz “ao jovem ofendido traumas, sentimentos negativos, (...) consequências muito mais graves do que se tal conduta não fosse punida.”⁹⁶ Isto porque a autora considera que são as reações da sociedade ao comportamento sexual das/dos jovens que causam traumas. Na mesma linha de pensamento, FIGUEIREDO DIAS afirma que a histeria da população contra abusadores sexuais é tão ou mais responsável por danos para o desenvolvimento harmonioso da personalidade das/dos adolescentes na esfera sexual do que os próprios agentes do crime!

Discordo em absoluto desta opinião. Em primeiro lugar, não está em causa um programa de repressão sexual imposto pelos adultos às/aos adolescentes, mas a tutela do seu livre desenvolvimento. Em segundo lugar, a descriminalização constituiria um manifesto retrocesso, aumentaria o número de abusos sexuais de adolescentes, e não faria qualquer sentido num contexto de preocupação e intervenção crescente do Estado no âmbito dos crimes sexuais contra crianças e jovens. Como afirma CONCEIÇÃO CUNHA, não podemos esquecer a eficácia prática da ameaça penal. O perigo da descriminalização é o da desvalorização do bem jurídico em causa.⁹⁷ Em terceiro lugar, sublinhe-se que o silêncio da sociedade, cobarde e conivente com os crimes sexuais, é muito mais prejudicial para as adolescentes que ficam desprotegidas e sujeitas a futuros ataques! Acresce que, como salientam DAVID FINKELHOR e ANGELA BROWNE, o sentimento de estigmatização aumenta se a vítima sente que o que lhe aconteceu é considerado *tabu*.⁹⁸ Nas palavras de JUDITH HERMAN, “a reconstrução dos laços sociais começa com a

descoberta de que não se está sozinho e que outras pessoas sofreram eventos similares e compreendem o nosso sofrimento.”⁹⁹

Assim, acompanho integralmente CLARA SOTTOMAYOR quando refere que “o velho brocardo, segundo o qual o direito penal não pode tutelar uma determinada moral (...) tem sido indevidamente utilizado, pela doutrina e pela jurisprudência, para excluir da incriminação penal determinados comportamentos sexuais considerados menos graves.”¹⁰⁰ Como afirma a autora, “tal brocardo nasceu para descriminalizar comportamentos outrora considerados contrários aos bons costumes mas que não ofendiam a liberdade sexual de ninguém, tais como a homossexualidade e o adultério. Sem de alguma forma contrariar este velho princípio, o que nego é que ele implique alguma restrição da criminalização nos casos de violação da autodeterminação sexual de alguém.”¹⁰¹

A generalização da convicção, infelizmente correta, de que a pena de prisão raramente chega a ser aplicada, não é uma boa estratégia para lutar contra os abusos sexuais. Não posso deixar de salientar que há, desde logo, uma alteração muito relevante que o julgamento pode trazer: a de **transferir para o arguido a responsabilidade**, em termos de, para as/os adolescentes vítimas e para a sociedade, o processo ser consequência do que lhes foi feito e não daquilo que elas/eles fizeram! O que é de extrema importância atendendo aos já referidos sentimentos de culpa das vítimas.

MARIA JOÃO ANTUNES e FIGUEIREDO DIAS consideram que o alargamento do âmbito da incriminação, em 2007, a qualquer ato sexual de relevo, acarreta, muito provavelmente, um juízo de inconstitucionalidade material. Estaríamos em face de comportamentos sem dignidade penal e perante uma “limitação desproporcional, desadequada e desrazoável de direitos fundamentais (do ou da adolescente)”¹⁰², servindo-se “mesmo opções não propriamente político-criminais, mas antes político-criminalmente correctas.”¹⁰³ Ao que acresceria o facto de se tratarem “de actos *consentidos de forma livre*”!

Também não podia estar mais em desacordo com esta posição. Em relação ao primeiro ponto, e com o devido respeito, atendendo à importância do bem jurídico tutelado, às consequências para o desenvolvimento – não só sexual, mas também

psicológico, intelectual, afetivo e social – das/dos adolescentes vítimas, e ao seu sofrimento, não alcanço como se pode negar a dignidade penal destas condutas!

Em relação ao segundo ponto, a meu ver, o alargamento de 2007 foi plenamente justificado e não faz sentido questionar a sua constitucionalidade. Com efeito, na medida em que não existem outros meios menos gravosos capazes de, por si só, conferir proteção suficiente ao bem jurídico em causa, estão cumpridas as regras constitucionais relativas à restrição de Direitos Fundamentais. Senão vejamos: a limitação da liberdade sexual positiva da/do adolescente, que o art. 173.º implica, é proporcional, adequada e necessária. Ou seja, estão respeitadas as três vertentes do princípio constitucional da proibição do excesso, consagrado no art. 18.º, n.º2, 2.ª parte da CRP. Acrescente-se que, até ao nível da coerência sistemática, o alargamento do crime foi o procedimento acertado, pois, todos os outros crimes p(s). e p(s). na Secção II abrangem qualquer ato sexual de relevo.

Tanto se impunha o alargamento de 2007 que, no ac. do TRE, de 11-9-2012, ficaram impunes carícias reiteradas nos seios, pernas e vagina de uma adolescente de 14 anos, dado as mesmas, ocorridas em 2005, não integrarem o crime de atos sexuais com adolescentes perante a lei então vigente. O arguido, de 45 anos, era casado com uma médica pediatra, era padrinho da adolescente, amigo íntimo dos pais da mesma, e visita assídua da sua casa, aproveitando todos os momentos em que ficava com a afilhada a sós para praticar tais atos. Parece-me evidente a gravidade destas condutas e a dignidade penal das mesmas e penso, também, ser gritante a carência de tutela do bem jurídico no caso *sub judice*. Refira-se, ainda, que o mesmo arguido repetiu os mesmos comportamentos, em 2009, em relação a outras duas adolescentes: a irmã da primeira, de 15 anos, e a filha de outro casal amigo do arguido, de 16 anos. Quanto a esta última, lamentavelmente, a nível penal nada há a fazer, posto que o crime exige que a vítima tenha menos de 16 anos. Relativamente à de 15 anos, o TRE reenviou o processo para o trib. *a quo* a fim de este, em novo julgamento, apurar se houve abuso da sua inexperiência.

Em relação ao terceiro ponto asseverado por FIGUEIREDO DIAS e MARIA JOÃO ANTUNES, como já sublinhei, numa situação de abuso da inexperiência, o consentimento prestado pelas/os adolescentes não é livre, mas viciado, determinado por influências externas, manipuladoras e fraudulentas!

Ressalve-se que o facto de eu considerar imprescindível a atuação do DP neste âmbito, não significa que tenha olvidado o importante papel preventivo das políticas de consciencialização das crianças e das/dos adolescentes para o fenómeno do abuso sexual. Simplesmente, sou da opinião que estamos perante uma realidade que se tem de atacar em múltiplas e diferenciadas frentes. Deste modo, penso que se devem conjugar os esforços do DP e dos meios não penais, tais como as políticas sociais de apoio à infância e à adolescência e os programas educativos sobre sexualidade dirigidos às crianças e jovens. Como afirma ROBIN WARSHAW, “*knowledge is power*”¹⁰⁴ e estou em crer que, se as adolescentes estiverem corretamente informadas sobre este fenómeno, poderão mais facilmente precaver-se e defender-se dos abusadores sexuais.

Entendendo eu que apenas a intervenção do DP confere proteção suficiente e adequada às adolescentes vítimas de abusos sexuais desta natureza, julgo que a incriminação em estudo cumpre, não só o princípio da dignidade penal, como também o “duplo e complementar juízo” em que se subdivide a carência de tutela criminal: “em primeiro lugar, um juízo de *necessidade*, por ausência de alternativa idónea e eficaz de tutela não penal; em segundo lugar, um juízo de idoneidade do direito penal para assegurar a tutela, e para o fazer à margem de custos desmesurados, no que toca ao sacrifício de outros bens jurídicos, máxime a liberdade.”¹⁰⁵

5. A pena e a natureza semipública do crime

A pena para a cópula com uma criança com menos de 14 anos é de 3 a 10 anos de prisão (art. 171.º, n.º 2), enquanto para a cópula com uma/um adolescente com menos de 16 anos e com abuso da sua inexperiência é de 1 mês a 3 anos de prisão ou multa de 10 a 360 dias (art. 173.º, n.º 2).

A previsão da pena alternativa de multa é reveladora de uma certa tolerância quanto à prática deste tipo de condutas e, nos termos do art. 70.º, o juiz deve dar preferência à multa, “sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”.

Ora, os crimes sexuais contra raparigas adolescentes, uma vez que são muito frequentes e provocam (ou deveriam provocar) grande alarme social, requerem uma prevenção geral forte. Portanto, não me parece que a aplicação da pena de multa represente uma censura suficiente do facto e uma garantia para a comunidade da validade e vigência da norma violada. Com efeito, a meu ver, a multa não responde nem às necessidades de defesa das adolescentes, nem às exigência de justiça da ordem jurídica. Sublinhe-se que, como afirma DULCE ROCHA, “há uma elevadíssima reincidência que demonstra ser a pena insuficiente, na esmagadora maioria dos casos, para reverter a conduta dos agressores.”¹⁰⁶

Ademais, não faz qualquer sentido, numa ordem jurídica baseada na primazia da pessoa sobre o património, conferir à prática de cópula ou atos análogos (n.º 2 do art. 173.º) uma pena idêntica à do furto simples (art. 203.º, n.º1) e à prática de outros atos sexuais de relevo (n.º 1 do art. 173.º) uma pena idêntica à do furto de uso de veículo (art. 208.º, n.º 1)! Sendo que, nestes dois outros crimes, ao contrário do que sucede no art. 173.º (art. 23.º, n.º 1), a tentativa é punível. O que significa que o CP confere aos crimes de furto simples e de furto de uso de veículo, ambos crimes patrimoniais sem violência contra as pessoas, uma tutela mais abrangente do que ao crime de atos sexuais com adolescentes! Nesta medida, o CP atribui mais valor ao património do que ao desenvolvimento livre e integral das/dos adolescentes, indo, inclusivamente, contra o disposto no art. 7.º, n.º 2 da Diretiva 2011/92/UE que impõe aos EM a punição da tentativa deste tipo de condutas.

Mesmo assim, FIGUEIREDO DIAS e MARIA JOÃO ANTUNES pronunciam-se contra a pena atualmente prevista no n.º 2 do art. 173.º, considerando que a Revisão de 2007 não deveria ter elevado a pena aplicável para a cópula ou ato análogo de um máximo de dois anos de prisão ou 240 dias de multa para três anos de prisão ou 360 dias de multa!¹⁰⁷

Acresce ainda que, nos casos do art. 173.º, é muito frequente o juiz suspender a execução da pena de prisão, nos termos do art. 50.º Ora, a meu ver, esta pena de substituição, é dizer, a ameaça da prisão, não realiza “de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”, não conferindo qualquer segurança às/aos adolescentes! Sem a aplicação de uma pena de prisão **efetiva**, as vítimas ficam desprotegidas, sujeitas ao perigo

real da repetição do abuso sexual, a represálias do abusador, e a uma vida marcada pelo medo e pela insegurança!

Sublinhe-se também que, atendendo à importância do bem jurídico tutelado e ao sofrimento das vítimas, não se me afigura correto que o crime de atos sexuais com adolescentes seja o único crime sexual contra crianças e adolescentes que não tenha natureza pública, salvo em caso de suicídio ou morte da vítima – art. 178.º, n.º2.

É certo que o MP pode dar início ao procedimento criminal, nos termos do art. 113.º, n.º 5, a). Contudo, a natureza semipública do crime transmite a ideia de que os atos em questão não têm tanta gravidade quanto isso!

Acresce que “a maioria dos abusos em adolescentes permanece silenciosa. Por isso se fala tanto do designado «fenómeno de *iceberg*», em que apenas cerca de 25% dos casos emergem da totalidade de situações.”¹⁰⁸ As adolescentes não sabem como reagir aos abusos sexuais e, por conseguinte, remetem-se ao **silêncio** devido à impotência, ao medo e à vergonha sentidos. Como salienta BARRA DA COSTA, “são crimes fortemente estigmatizantes para quem os sofre. Trata-se de uma situação que a pessoa quer esquecer.”¹⁰⁹ “Há mesmo quem nunca fale a vida inteira!”¹¹⁰ Com efeito, uma das características do abuso sexual é o “síndrome de secretismo”¹¹¹, sendo usual o abusador pedir segredo e aproveitar-se do silêncio, da vergonha e da humilhação da vítima para continuar a abusar dela.

Sucedem frequentemente as adolescentes terem **medo** de que não acreditem nelas, medo das retaliações do abusador, medo de serem culpabilizadas, medo de serem rejeitadas pela família e ridicularizadas pelos colegas¹¹², medo de se sentirem responsáveis pela prisão do abusador quando este é alguém próximo delas. Ou então, quando são adolescentes mal inseridos familiar e socioculturalmente, têm “medo de perder a única pessoa que parece interessar-se por eles.”¹¹³ Também acontece terem dúvidas sobre a eficácia da denúncia e, outras vezes, as adolescentes, apesar de saberem que o que sucedeu foi algo de errado, não têm consciência de que o comportamento do abusador é penalmente punido! Ora, quando, em relação a crimes de elevada danosidade social, como é o caso, existem elevadas cifras negras, i.e., há uma grande discrepância entre o número de factos

praticados e o que chega ao conhecimento das instâncias formais de controlo, a decisão não deve ir no sentido de “abandonar o barco”.

Segundo um inquérito realizado em Portugal, em 1989, apenas 5% das mulheres vítimas de crimes sexuais é que os denunciaram.¹¹⁴ Num estudo que incidiu sobre 6.159 alunas/os, em 32 colégios e universidades nos EUA, menos de metade das estudantes relataram não ter sido alvo de qualquer tipo de abuso sexual até então (a média de idade das entrevistadas era de 21 anos), 84% das raparigas abusadas sexualmente conheciam o abusador, 57% dos abusos sexuais aconteceram em encontros amorosos, apenas 27% das raparigas abusadas tinham consciência que foram vítimas de um crime legalmente previsto, só 5% das vítimas denunciaram o crime, e só um em cada 12 homens assumiu a responsabilidade pelos atos praticados.¹¹⁵

Por tudo isto, creio que as preocupações com a intimidade da vida privada e com a vitimização secundária devem ceder em face do superior e primacial interesse da proteção do livre desenvolvimento da personalidade das/dos adolescentes, que são tantas vezes incapazes de se defender a si mesmas/os e que acabam por se resignar com o abuso de que foram vítimas, julgando tratar-se de uma inevitabilidade da vida! Vejam-se as palavras de um adolescente de 16 anos colocado num centro educativo do Instituto de Reinserção Social: “(...) Não gostava do outro sítio, os grandes davam-nos porrada, foi lá que aconteceram aqueles problemas [referindo-se a episódios de abuso sexual de que foi vítima], mas já estava habituado, pronto. E estavam lá os meus irmãos.”¹¹⁶

Urge uma valorização da integridade física e psíquica das/dos adolescentes e da sua dignidade, “direitos que devem prevalecer para uma proteção real e efetiva.”¹¹⁷ Daí a necessidade inelutável do crime de atos sexuais com adolescentes ser um crime público, devendo ser denunciado por qualquer pessoa e podendo o MP iniciar o procedimento criminal na ausência de queixa dos representantes legais da vítima. Penso que é imperioso acabar com a tradicional e epidémica barreira de silêncio¹¹⁸ para que a esmagadora maioria destes casos deixem de ficar à margem do sistema jurídico-penal!

6. O limite etário previsto. Proteção suficiente?

Nos termos do art. 1.º, a) da Decisão-Quadro 2004/68/JAI, criança é “qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade.”¹¹⁹ De acordo com este entendimento¹²⁰, a Lei 59/2007 alargou o âmbito de proteção dos crimes de lenocínio (art. 175.º) e de pornografia (art. 176.º), passando estes a abranger todas as crianças e adolescentes e não apenas os de idade inferior a 16 ou 14 anos, e estabeleceu como limite etário do novo crime de prostituição juvenil (art. 174.º) os 18 anos. O que significa que, atualmente, o art. 173.º é o **único** crime da Secção II que estabelece como limite etário da vítima os 16 anos. Assim, cabe perguntar se não faria sentido, à semelhança dos arts. citados e do art. 172.º, elevar também o limite etário do art. 173.º

ANTÓNIO DE ARAÚJO afirma que não há fundamento para a diferenciação etária estabelecida entre os arts. 172.º e 173.º e que também o art. 174.º não deve ter um limite etário superior ao da prática de atos sexuais com adolescentes, pois não faz sentido punir um adulto que pratica atos sexuais com uma adolescente de 16 anos que é prostituída e deixá-lo impune se os praticar com uma adolescente da mesma idade, abusando da sua inexperiência.¹²¹ Posição idêntica assumem CLARA SOTTOMAYOR¹²² e PAULA FARIA.¹²³ Poderia opor-se que o crime do art. 172.º é mais grave, em virtude da especial relação de dependência existente entre agente e vítima, mas essa maior gravidade é já valorada através das condutas proibidas (n.ºs 2 e 3 do art. 172.º) e da maior severidade das penas cominadas.

Como afirma MARIA JOÃO ANTUNES, “o critério das incriminações há de ser o da necessidade de proteção por referência ao bem jurídico pessoal da liberdade e da autodeterminação sexual.”¹²⁴ Portanto, o que importa indagar é se a prática de atos sexuais com abuso da inexperiência de adolescentes entre 14 e 18 anos é suscetível de prejudicar o desenvolvimento da sua personalidade, em particular na esfera sexual.

Ao longo do presente trabalho, já referi que sim. Dos abusos sexuais podem resultar consequências profundamente nocivas para o desenvolvimento psíquico, intelectual, afetivo, social, e sexual da/do adolescente, principalmente quando há uma diferença de idades significativa entre esta/este e o abusador. Uma rapariga de 16 anos não possui

autonomia para se defender eficazmente em relação à prática abusiva de atos sexuais por parte de adultos. Tanto mais que a lei exige a inexperiência dela. Como sublinhei no Capítulo I, as/os adolescentes **necessitam** de proteção e cuidados especiais, constituindo um **dever** constitucional (arts. 69.º e 70.º da CRP), europeu (art. 24.º, n.º 1 da CDFUE e 1.º considerando da Diretiva 2011/92/UE), e internacional (preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, art. 34.º da Convenção dos Direitos da Criança, e preâmbulo da Convenção de Lanzarote) do Estado assegurar as condições básicas para o seu desenvolvimento integral. Assim, na medida em que a prática de atos sexuais com abuso da inexperiência de adolescentes entre os 14 e 18 anos coloca gravemente em perigo a consolidação da sua personalidade, ainda em formação, entendendo ser necessário elevar o limite etário do art. 173.º para os 18 anos.¹²⁵

Julgo não ser coerente reconhecer às/aos jovens de 16 anos maturidade para ter relações sexuais com adultos que abusem da sua inexperiência e outrotanto não suceder em outras áreas. Saliente-se que só se pode assistir a filmes pornográficos e frequentar clubes noturnos aos 18 anos (art. 4.º, n.º 5 do DL n.º 396/82) e só nesta idade se adquire o direito ao sufrágio ativo e passivo (art. 49.º, n.º 1 da CRP), a maioridade civil (art. 122.º do CC) e a capacidade para conduzir (art. 126.º do CE).

Ademais, a epígrafe do art. 173.º é “Actos sexuais com adolescentes” e, nos termos do art. 2.º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência vai até aos 18 anos. Aliás, alguns autores defendem que se prolonga até mais tarde. De facto, como já referi, a imaturidade afetiva e o infantilismo do carácter são mais marcados do que anteriormente, não seguindo, a evolução do psiquismo, o ritmo da evolução do corpo. PEDRO STRECHT, pedopsiquiatra, afirma que “hoje, mais do que nunca, sabe-se que a adolescência é uma fase do crescimento muito longa que se estende (...) até aos 23 ou 25 anos (...) tempo em que se consolida uma verdadeira autonomia pessoal.”¹²⁶

Não posso deixar de salientar que, se o legislador elevasse, como defendo, o limite etário do art. 173.º para os 18 anos, faria todo o sentido - em nome da gradação da proteção das crianças e adolescentes consoante a idade - acrescentar o art. 173.º ao n.º 5 do art. 177.º, de forma a agravar a pena aplicável de um terço, nos casos em que a vítima tem menos de 16 anos.

MARIA JOÃO ANTUNES questiona se a especial proteção das/dos adolescentes com menos de 18 anos não acaba por lhes recusar o direito à liberdade sexual na sua vertente positiva.¹²⁷ É evidente que não! A liberdade sexual das/dos adolescentes com menos de 18 anos é limitada (e não excluída) em nome do **interesse superior** do seu livre e integral desenvolvimento. Não se incriminam, nem se devem incriminar, todos e quaisquer atos sexuais praticados pelas/pelos adolescentes com menos de 18 anos, mas apenas aqueles que violam a sua liberdade. Com efeito, não pode simultaneamente haver abuso da inexperiência das/dos adolescentes e liberdade sexual daquelas/daqueles: uma coisa exclui a outra. Os crimes p(s). e p(s). na Secção II visam precisamente assegurar o “*work in progress*, que é a construção da liberdade” das crianças e das/dos adolescentes.¹²⁸

CAPÍTULO III

A urgência de uma mudança de mentalidades

Segundo os dados estatísticos, no crime em estudo, o abusador é, na **totalidade** dos casos, do sexo masculino e a vítima é, na esmagadora maioria deles, do sexo feminino.¹²⁹

Penso que isto é devido, como acentua CLARA SOTTOMAYOR, a uma “**cultura sexual patriarcal** assente na desigualdade entre o homem e a mulher, na relação hierárquica entre o adulto e a criança, e na visão da criança como um objeto.”¹³⁰ Nas palavras de MADALENA BARBOSA, “(...) a um dos sexos, o masculino, incumbem a autoridade, do poder e da razão, e ao outro, o feminino, a submissão e a fantasia.”¹³¹ De facto, como afirma DIANA MAFFÍA, “o valor de um homem demonstra-se pela sua autoridade, o de uma mulher pela sua obediência.”¹³² Ora, estes **estereótipos de género** - sedimentados por memórias históricas, tradições, e costumes sociais – ainda hoje estão enraizados na comunidade. Com efeito, o que é “adequado” para homens e mulheres começa a ser-nos transmitido desde o nascimento e continua a sê-lo durante toda a vida. Senão vejamos:

Os homens são educados numa vertente de força/poder/autoridade/domínio/distância. Desde pequenos, ouvem que, para afirmar a sua masculinidade, não devem manifestar os seus sentimentos¹³³, devendo inibir expressões de dependência e de sofrimento.¹³⁴ Como salienta SHIRLEY ASHER, os rapazes aprendem, desde muito cedo, a desvalorizar as mulheres, a exercer poder sobre elas e a viver a sexualidade de uma forma desprovida de afetos.¹³⁵ Assim, não é de estranhar que os abusadores sexuais atuem motivados pela ânsia do domínio sobre os outros, pela atração da imposição do poder sobre os mais vulneráveis.

Pelo contrário, as mulheres são educadas numa vertente de fragilidade/subjugação/obediência/passividade/docilidade. Desde pequenas, aprendem a não falar com estranhos na rua, a ter medo dos homens, a não se envolverem sexualmente com eles, e a ficarem fechadas em casa porque não se sabem defender, o que reforça o

estereótipo do homem como alguém poderoso e perigoso. Nas palavras de DIANA MAFFÍA, “as «virtudes naturais» das mulheres são: incapacidade para mandar, submissão e passividade, debilidade corporal, particular aptidão para as tarefas domésticas, subordinação, moderação, modéstia e emotividade irracional.”¹³⁶ Assim, não é de estranhar que muitas raparigas adolescentes não tenham consciência de que os comportamentos sexualmente abusivos, perpetuados pelos namorados/amigos, são penalmente puníveis.

Como sublinha PIERRE BOURDIEU, “elas existem, em primeiro lugar, para e pelo olhar dos outros, ou seja, como objetos acolhedores, atraentes, disponíveis. Espera-se delas que sejam “femininas”, ou seja, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submetidas, discretas, contidas, talvez mesmo apagadas. (...) Por consequência, a relação de dependência em relação aos outros (...) tende a tornar-se numa constituinte do seu ser.”¹³⁷ Com efeito, “(...) o verbo que é imposto a todas as meninas é o verbo **agradar**. As meninas são treinadas para agradar.”¹³⁸ E, acrescento eu, não só para agradar, mas também para servir. E, se assim não o fizerem, é porque são “más meninas”. Pois que, as mulheres são educadas para serem não um ser para si, mas um ser para o outro. Como salienta CLARA SOTTOMAYOR, “(...) a subordinação da mulher na família e na sociedade foi uma construção cultural, legislativa, moral e religiosa do patriarcado, que foi possível manter através do silenciamento sistemático de vozes diferentes das dominantes.”¹³⁹

E estes estereótipos sexistas – que, apesar de serem incutidos de forma inconsciente, são pacificamente aceites na comunidade - têm repercussões no modo como as adolescentes e as mulheres vítimas de crimes sexuais são tratadas pela justiça penal. De facto, “quanto mais preconceitos tem uma pessoa sobre os crimes sexuais, incluindo a ideia pré-concebida de que as mulheres **provocam** o abusador, pela forma como se comportam ou vestem, mais ela vê a vítima como culpada pelo seu destino e menos provável é considerar que o réu deva ser responsabilizado pelo crime cometido.”¹⁴⁰ Como repetidamente assinala ao longo do presente trabalho, são frequentes as atitudes de **negação do abuso sexual**, projetando nas adolescentes, com menos de 16 anos de idade, a ideia de provocação, justificando, assim, a conduta do abusador, pois, “nenhum outro homem seria capaz de resistir”, e minimizando os danos causados, uma vez que “as mulheres têm tendência para exagerar”. Infelizmente, também não são raras afirmações

como: as adolescentes e as mulheres só são abusadas se quiserem, pois, “se reagirem em conformidade, o homem não consegue manter com elas relações” e “não diz a verdade porque (...) bebeu ou mantém muitas relações sexuais. Uma mulher que bebe ou que é tida socialmente como «livre» (...) é mal-vista, logo, não é olhada como vítima credível.”¹⁴¹

Com efeito, apesar da preocupação com os abusos sexuais ter aumentado, a esmagadora maioria da doutrina e da jurisprudência ainda reflete essencialmente estas duas tendências: negação do crime e culpabilização da vítima. Por conseguinte, como afirmam JENNIFER TEMKIN e BARBARA KRAHÉ, “a mensagem transmitida pelo sistema de justiça penal não poderia ser mais clara. As mulheres devem impor limites rigorosos ao seu comportamento, não devem confiar em ninguém e não podem assumir quaisquer riscos. E, dado que isso não constitui de todo uma garantia de segurança, devem aprender a viver com os crimes sexuais.”¹⁴² O que significa que a doutrina e a jurisprudência dominantes levam a que as adolescentes e as mulheres se vejam privadas do direito à segurança, do direito à liberdade de circulação, do direito à participação na vida pública, do direito à liberdade de expressão, e do direito à livre disposição do seu corpo. No fundo, do direito à igualdade! Trata-se, nas impressionantes palavras de MADALENA BARBOSA, “dessa espécie de *agorafobia* imposta pela sociedade (...) que conduz as mulheres a excluírem-se por si mesmas do agora.”¹⁴³

Como proclama, logo no seu preâmbulo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, “(...) é **necessária** uma mudança no papel tradicional dos homens, tal como no papel das mulheres na família e na sociedade, se se quer alcançar uma real igualdade dos homens e das mulheres.”¹⁴⁴ Nos termos do art. 5.º, a) desta Convenção, os Estados Partes estão **obrigados** a adotar todas as medidas adequadas para modificar os padrões socioculturais com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e das ideias sexistas.¹⁴⁵

Assim sendo, em conformidade com este desiderato, **abolir** estas pré-compreensões e estereótipos de género é uma tarefa **urgente** e impõe-se uma sensibilização e uma consciencialização coletiva da gravidade dos abusos sexuais contra adolescentes, em especial do sexo feminino. Com efeito, enquanto vigorarem as doutrinas de negação do crime e de culpabilização das vítimas, as adolescentes e as mulheres terão medo (e um

medo fundado) que as suas queixas sejam atendidas com desconfiança e descrença pelas instâncias que as deveriam proteger e, assim, continuarão a remeter-se, dolorosamente, ao silêncio. E os abusadores sexuais continuarão a violar os Direitos Humanos das mulheres na maior das impunidades.

Não devem as mulheres e os homens estar em diferentes patamares. Há apenas um lado, o da humanidade, construído na **igualdade** e no respeito mútuo. Mas é preciso **lutar** para chegarmos a esse ponto de equilíbrio. Estou convicta que o caminho para a imprescindível mudança passa por não nos conformarmos, por refletirmos, por discutirmos, e por “alertarmos as consciências para a importância”¹⁴⁶ deste tema. Talvez assim consigamos transmitir, por um lado, esperança e rumo às crianças, adolescentes e mulheres vítimas e, por outro lado, sensibilização e consciência aos homens abusadores.

CONCLUSÃO

Chegou, pois, o tempo de sintetizar os resultados a que cheguei ao longo da investigação e do estudo realizados:

1. Desde a Revisão de 1995, deixaram os crimes sexuais - previstos e punidos no Capítulo V do Título I da Parte Especial do Código Penal - de ser entendidos como crimes contra o bem jurídico supraindividual da moral social para serem considerados crimes contra o bem jurídico estritamente pessoal da liberdade e autodeterminação sexual.
2. Enquanto a Secção I do referido Capítulo V protege a liberdade e autodeterminação sexual de todas as pessoas, a Secção II tutela exclusivamente as crianças e as/os adolescentes.
3. Isto porque, na medida em que as crianças e as/os adolescentes, dada a sua particular vulnerabilidade, necessitam de proteção e cuidados especiais, o Estado está, constitucional (arts. 69.º e 70.º da CRP), europeia (art. 24.º, n.º 1 da CDFUE e 1.º considerando da Diretiva 2011/92/UE) e internacionalmente (preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, art. 34.º da Convenção dos Direitos da Criança e preâmbulo da Convenção de Lanzarote), vinculado à sua especial proteção penal.
4. No crime de atos sexuais com adolescentes, está em causa um bem jurídico complexo. Pois que, além da liberdade e autodeterminação sexual, tutelam-se outros direitos das/dos adolescentes, consabida e universalmente fundamentais, designadamente, a dignidade, a segurança, a saúde, o livre desenvolvimento da personalidade, mormente na esfera sexual, e a integridade física e psíquica (arts. 1.º, 27.º, 64.º, 26.º e 25.º, todos da CRP).

5. A jurisprudência e a doutrina dominantes depreciam a gravidade dos abusos sexuais contra adolescentes, em especial no que diz respeito às adolescentes do sexo feminino, considerando que, a partir dos 14 anos, a personalidade se encontra já sedimentada e que, nas circunstâncias atuais de maciça sexualização do quotidiano, a inexperiência das/dos adolescentes é coisa que não pode existir.
6. Ora, constituindo a adolescência uma etapa decisiva para a construção da identidade e podendo advir dos abusos sexuais consequências profundamente nocivas para o desenvolvimento integral das/dos adolescentes, não se me afigura correto tal entendimento.
7. Nas/nos adolescentes de hoje, contrasta a maturidade física e a maturidade emocional. Hodiernamente, a adolescência caracteriza-se pela instabilidade afetiva, permeabilidade a influências, precipitação e imprevisão das consequências dos comportamentos assumidos.
8. Nesta medida, e atendendo ao bem jurídico protegido, é minha convicção não se dever negar-se o abuso da inexperiência da adolescente e, por conseguinte, a existência de crime, só por ter sido aquela a tomar a iniciativa.
9. A jurisprudência e a doutrina dominantes restringem a inexperiência prevista no art. 173.º à inexperiência sexual.
10. Ora, atendendo à teleologia da norma, à sua evolução legislativa, à letra da lei, e à localização sistemática do preceito, não vejo como se possa identificar a inexperiência com a ausência de contactos sexuais anteriores ou com o desconhecimento teórico sobre a sexualidade.

11. Deduzir da falta de virgindade das adolescentes a sua experiência, para efeitos do art. 173.º, representa uma reminiscência moralista e uma rotulação social e juridicamente inaceitável.
12. A meu ver, a inexperiência está intimamente ligada à vulnerabilidade, fragilidade, personalidade, e capacidade de reatividade das vítimas.
13. Assim, para determinar se o adulto abusou da inexperiência da/do adolescente é imprescindível atender às circunstâncias do caso concreto.
14. Neste contexto, o juiz deve ter presente tudo o que demonstre a assimetria e o desequilíbrio de poder entre o adulto e a adolescente. Nomeadamente: o tipo de relação existente; a diferença de idades; a diferença de força física e psíquica; a falta de inserção familiar, económica e social da adolescente; e o seu grau de maturidade.
15. A doutrina dominante, considerando que a previsão do crime prejudica mais as/os adolescentes do que a não punição destas condutas, defende a descriminalização, entregando a tutela do desenvolvimento das/dos adolescentes a outros meios de política social.
16. Discordo em absoluto. Não está em causa, no art. 173.º, um programa de repressão sexual imposto pelos adultos às/aos adolescentes, mas a tutela do seu livre desenvolvimento.
17. A descriminalização constituiria um claro retrocesso, aumentaria o número de abusos sexuais de adolescentes, e não faria sentido num contexto de intervenção crescente do Estado no âmbito dos crimes sexuais contra crianças e jovens.

18. O silêncio da sociedade, conivente com os crimes sexuais, é mais gravoso para as adolescentes que ficam numa inadmissível situação de desproteção e, com isso, sujeitas a futuros ataques.
19. O alargamento do âmbito da incriminação, em 2007, a qualquer ato sexual de relevo, não acarreta um juízo de inconstitucionalidade material.
20. É de elementar bom senso, atendendo à importância do bem jurídico protegido, às devastadoras consequências para o desenvolvimento das/dos adolescentes, e à insuficiência dos meios não penais para fazer frente a abusos sexuais desta ordem, reconhecer a dignidade penal destas condutas e a sua carência de tutela criminal.
21. Numa situação de abuso da inexperiência, o consentimento prestado para o ato sexual não é livre, mas sim viciado, determinado por influências externas, manipuladoras, e fraudulentas.
22. *De jure constituendo*, penso que seria essencial retirar do art. 173.º a pena alternativa de multa. Esta pena não responde nem às necessidades de defesa das adolescentes, nem às exigências de justiça da ordem jurídica.
23. Ademais, numa ordem jurídica baseada na primazia da pessoa sobre o património, é aberrante conferir à prática de cópula ou atos análogos uma pena idêntica à do furto e à prática de outros atos sexuais de relevo uma pena idêntica à do furto de uso de veículo.
24. Sob pena do Código Penal, como sucede atualmente, atribuir àqueles crimes uma tutela mais abrangente do que ao crime de atos sexuais com adolescentes, impõe-se punir a tentativa.

25. Fundamental seria também atribuir natureza pública ao crime *sub judice*, pois, além da maioria dos abusos sexuais contra adolescentes permanecer silenciosa, o facto do art. 173.º ser o único crime sexual contra crianças e adolescentes com natureza semipública deprecia a sua gravidade.
26. Ainda numa perspetiva *de jure constituendo*, penso que, à semelhança dos restantes crimes previstos na Secção II, em cumprimento dos desideratos constitucionais, europeus e internacionais, e em coerência com a própria epígrafe, se impõe elevar o limite etário da vítima para os 18 anos.
27. Segundo os dados estatísticos, no crime em estudo, o abusador é, na totalidade dos casos, do sexo masculino e a vítima é, na esmagadora maioria deles, do sexo feminino.
28. Esta circunstância deve-se a uma cultura sexual patriarcal e aos estereótipos de género que ainda hoje estão enraizados na comunidade.
29. Estes estereótipos sexistas têm notórias repercussões no modo como as adolescentes e as mulheres vítimas de crimes sexuais são tratadas pela justiça penal.
30. Com efeito, a maioria da doutrina e da jurisprudência nega, frequentemente, o abuso sexual, projetando nas adolescentes a ideia de provocação, desculpando a conduta do abusador e minimizando os danos causados.
31. Pelo que concluo pela fundamentalidade da manutenção desta incriminação; pela essencialidade de uma consciencialização da gravidade destes comportamentos; pela necessidade inelutável de uma viragem doutrinal e jurisprudencial na interpretação e aplicação do inciso normativo “abusando da sua inexperiência”; e

pela urgência e imprescindibilidade de uma mudança de mentalidades, abolindo-se as pré-compreensões e os estereótipos de género.

NOTAS DE FIM DE PÁGINA

¹ Vd. Anexo I

² Vd. Anexo III

³ Todos os artigos citados, ao longo do presente trabalho, sem indicação do diploma a que respeitam, referir-se-ão ao CP, na versão da Lei n.º 19/2013, de 21/02.

⁴ Em sentido contrário, JORGE DUARTE, “Homossexualidade com menores. Art. 175.º do Código Penal”, in *RMP*, ano 20, n.º 78, 1999, p. 80.

⁵ FIGUEIREDO DIAS, “Nótula antes do art. 163”, in *CCCP*, t. I, 2.ª ed., 2012, p. 711.

⁶ Vd., por todos, *idem, ibidem*, p. 711. No mesmo sentido, ac. do STJ, de 5-9-07.

⁷ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres e das crianças 25 anos após a Reforma de 1977”, in *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*, Vol. I - Direito da Família e das Sucessões, 2004, p. 161.

⁸ CONCEIÇÃO CUNHA, “Breve reflexão acerca do tratamento jurídico-penal do incesto”, in *RPCC*, ano 12, n.º 3, 2002, p. 354.

⁹ Esta imposição constitucional mantém-se em relação à juventude – art. 70.º da CRP.

¹⁰ Direitos Fundamentais consagrados nos arts. 1.º, 27.º, 64.º, 26.º e 25.º da CRP.

¹¹ PEDRO STRECHT, *Vontade de ser. Textos sobre adolescência*, 2005, p. 48.

¹² CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, *cit.*, p. 161. Vd. também JUDITH LEWIS HERMAN, *Trauma and Recovery*, 1992, in <https://extranet.dhss.alaska.gov/comm/jmt/BTKH%20WG/resources/Trauma%20Resources/Trauma%20and%20Recovery%20Primer.doc>.

¹³ “Acho que as pessoas podem notar, pela maneira como ando, pela forma do meu corpo” – adolescente abusado sexualmente. Cf. PEDRO STRECHT, *Vontade de ser...*, *cit.*, p. 73.

¹⁴ CELINA MANITA, “Quando as portas do medo se abrem... Do impacto psicológico ao(s) testemunho(s) de crianças vítimas de abuso sexual”, in *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens, A função dos juízes sociais*, 2003, pp. 238/242; CLARA SOTTOMAYOR, “O método da narrativa e a voz das vítimas de crimes sexuais”, in <http://constitutio.tripod.com/id7.html>; ELEN BASS; LOUISE THORNTON; *et. al.*, *I Never Told Anyone: Writings by Women Survivors of Child Sexual Abuse*, 1991; JENI CANHA, “A criança vítima de violência”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Vol. 2 – Crianças, 2002, p. 17; PEDRO STRECHT, *Crescer Vazio - Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*, 2002, pp. 191-206; TERESA MAGALHÃES, *Abuso de Crianças e Jovens - Da suspeita ao diagnóstico*, 2010, p. 44; TERESA MAGALHÃES, *Maus Tratos Em Crianças e Jovens*, 2002, pp. 55-75; RUI DO CARMO; ISABEL ALBERTO; PAULO GUERRA, *O Abuso Sexual de Menores. Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e a Psicologia*, 2.ª ed., 2006, pp. 41 e ss; e SHIRLEY ASHER, “The Effects of Childhood Sexual Abuse: A Review of the Issues and Evidence”, in *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues*, 1988, pp. 7-11. Cf. Anexo II quanto a uma listagem de perturbações frequentes.

¹⁵ BÁRBARA FIGUEIREDO, *et. al.*, “Maus tratos na infância: Trajetórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Vol. 1 – Adultos, 2003, p. 179 e DAVID FINKELHOR; ANGELA BROWNE, “Assessing the Long-Term Impact of Child Sexual Abuse: A Review and Conceptualization”, in *Handbook on Sexual Abuse of Children*, *cit.*, p. 57.

¹⁶ PEDRO STRECHT, *Vontade de ser...*, *cit.*, p. 73.

¹⁷ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, *cit.*, p. 150.

¹⁸ PEDRO STRECHT, *Vontade de ser...*, *cit.*, p. 118.

¹⁹ CLARA SOTTOMAYOR, “O método da narrativa...”, *cit.*

²⁰ RUI DO CARMO, *et al.*, *ob. cit.*, p. 42.

²¹ CONCEIÇÃO CUNHA, “*Questões atuais em torno de uma vexata quaestio: o crime continuado*”, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, 2009, p. 27.

²² Para o preenchimento do conceito de violência, considero suficiente o ato ter sido praticado contra a vontade da vítima, pois, como afirma CLARA SOTTOMAYOR, “O conceito legal de violação: um contributo

para a doutrina penalista. A propósito do acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de abril de 2011”, in *RMP*, ano 32, n.º 128, 2011, p. 282, o “sexo sem consentimento (...) implica sempre uma violência física, psíquica exercida sobre o corpo e sobre a liberdade” daquela. No mesmo sentido, ANTONIANNA COLLI, “La tutela della persona nella recente legge sulla violenza sessuale all'epilogo di un travagliato cammino legislativo”, in *Rivista italiana di diritto e procedura penale*, ano 40, n.º 4, 1997, p. 1169; INÊS LEITE, “A tutela penal da liberdade sexual”, in *RPCC*, ano 21, n.º 1, 2011, p. 62; ac. do TRP, de 6-3-91, in *CJ*, 1991, II, p. 287; ac. do TRC, de 17-2-93, in *CJ*, 1993, I, p. 70; ac. do TJ de Coimbra, de 1-2-94, in *SubJudice*, n.º 6, p. 125; ac. do TRC, de 26-11-08 e ac. do STJ, de 23-2-2011. Quero salientar, a este propósito, que o parágrafo 35 do anexo à Recomendação (2002) 5 do Comité de Ministros do Conselho da Europa refere que os EM devem “penalizar qualquer ato de carácter sexual cometido contra uma pessoa sem o seu consentimento, mesmo que esta não dê sinais de resistência”.

²³ ANA ALFAIATE, *A Relevância Penal da Sexualidade dos Menores*, 2009, p. 88; HELMUT GRAUPNER, “Sexual Consent: The Criminal Law in Europe and Outside of Europe”, in *Adolescence, Sexuality and the Criminal Law: Multidisciplinary Perspectives*, 2004, p. 114.

²⁴ *Vd.* o quadro demonstrativo da distinta proteção da liberdade e autodeterminação sexual das crianças e das/dos adolescentes consoante a idade no Apêndice I.

²⁵ REIS ALVES, *Crimes Sexuais. Comentários aos arts 163º a 179º do Código Penal*, 1995, p. 84.

²⁶ CARMO DIAS, *Crimes Sexuais com Adolescentes (Particularidades dos Arts. 174 e 175 do Código Penal Português)*, 2006, p. 248.

²⁷ Acerca da evolução deste crime, *cf.* CARMO DIAS, *ob. cit.*, pp. 19 e ss; FERREIRA RAMOS, “Estupro e Violação. Ontem e Hoje”, in *Jornadas de Direito Criminal*, 2.º vol, 1998, pp. 184 e ss. e FIGUEIREDO DIAS; MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 173.º”, in *CCCCP*, t. I, 2.ª ed., 2012, pp. 852 e ss.

²⁸ ELIANA GERSÃO, “Crimes sexuais contra crianças. O direito penal português à luz das resoluções do Congresso de Estocolmo contra a exploração sexual de crianças para fins comerciais”, in *Infância e Juventude*, n.º 2, 1997, p. 16, nota 1.

²⁹ TERESA BELEZA, “A revisão da Parte Especial na reforma do Código Penal: legitimação, reequilíbrio, privatização, individualismo”, in *Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*, 1998, p. 112.

³⁰ A expressão é de *idem*, *ibidem*, p. 112.

³¹ Ac. do STJ, de 13-2-92, in *BMJ*, n.º 414, p. 192.

³² Pronunciando-se contra a inconstitucionalidade, ANTÓNIO DE ARAÚJO, *Crimes sexuais contra menores. Entre o direito penal e a constituição*, 2005, pp. 380 e ss.

³³ *Vd.*, por todos, MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 175.º”, *CCCCP*, t. I, 1999, p. 571. O TEDH, por acs. de 27-03-01 e de 9-1-03, entendeu violar os arts. 8.º e 14.º da CEDH a criminalização de atos homossexuais praticados entre adultos e adolescentes independentemente de qualquer abuso. Para uma descrição deste problema no direito comparado, *vd.* FIGUEIREDO DIAS; MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 173.º”, *cit.*, p. 857.

³⁴ Seguindo-se o entendimento regra do Capítulo V: punir com penas mais leves os atos sexuais de relevo em geral e com penas mais severas os atos sexuais de relevo qualificados (cópula, coitos oral e anal, introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos). Isto porque estes últimos atos, atendendo ao órgão sexual que penetra ou ao local penetrado, revestem uma maior gravidade.

³⁵ CARMO DIAS, *ob. cit.*, p. 302.

³⁶ *Idem*, *ibidem*, pp. 237 e 250.

³⁷ A expressão é de COSTA ANDRADE, *Consentimento e Acordo em Direito Penal (Contributo para a fundamentação de um paradigma dualista)*, 1991, p. 397.

³⁸ ANTÓNIO DE ARAÚJO, *ob. cit.*, p. 134.

³⁹ MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 175.º”, *cit.*, p. 570.

⁴⁰ CARMO DIAS, *ob. cit.*, p. 231.

⁴¹ VERA LÚCIA RAPOSO, “Da moralidade à liberdade: o bem jurídico tutelado na criminalidade sexual”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, 2003, p. 953.

⁴² BRUCE RIND, “An Empirical Examination of Sexual Relations Between Adolescents and Adults: they Differ from those Between Children and Adults and Should be treated Separately”, in *Adolescence, Sexuality and the Criminal Law*, 2004, p. 57.

⁴³ SHIRLEY ASHER, *ob. cit.*, p. 9.

- ⁴⁴ MOURAZ LOPES, *Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no Código Penal*, 4.^a ed., 2008, p. 115.
- ⁴⁵ ANTÔNIO DE ARAÚJO, *ob. cit.*, p. 66. O negrito é da minha responsabilidade.
- ⁴⁶ REIS ALVES, *ob. cit.*, p. 88, nota 3.
- ⁴⁷ REYMOND-RIVIER, *O desenvolvimento social da criança e do adolescente*, 2.^a ed., 1977, p. 118.
- ⁴⁸ LAURENCE STEINBERG, *et al.*, “Are Adolescents Less Mature Than Adults?”, in *American Psychologist*, vol. 64, n.º 7, 2009, pp. 583 e 587.
- ⁴⁹ SUE MONTFORT e PEGGY BRICK, *Unequal Partners: Teaching About Power and Consent in Adult-Teen and Other Relationships*, 2007, p. 164.
- ⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 135 e 196.
- ⁵¹ Estes estereótipos sexistas são frequentes. JENNIFER TEMKIN e BARBARA KRAHÉ, *Sexual Assault and the Justice Gap: A Question of Attitude*, 2008, p. 33, referem que, num estudo organizado pela Amnistia Internacional, incidindo sobre 1000 pessoas, 26% afirmaram que a mulher violada/abusada é total ou parcialmente culpada se estava a usar roupa *sexy*.
- ⁵² CARMO DIAS, *ob. cit.*, pp. 96 e 254; FIGUEIREDO DIAS; MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 173.º”, *cit.*, p. 862 e SARAGOÇA DA MATTA, “Criminalização de atos homossexuais com adolescentes (Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 247/05)”, in *Jurisprudência Constitucional*, n.º 5, Janeiro-Março 2005, p. 38.
- ⁵³ ROBIN WEST, *Caring for Justice*, 1999, p. 78.
- ⁵⁴ CARMO DIAS, *ob. cit.*, pp. 250 e ss.
- ⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 247.
- ⁵⁶ CARMO DIAS, *ob. cit.*, p. 233.
- ⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp. 253/254.
- ⁵⁸ PINTO DE ALBUQUERQUE, “Anotação ao art. 173.º”, in *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2.^a ed., 2010, pp. 544/545.
- ⁵⁹ BARRA DA COSTA, *Sexo, Nexo e Crime (Teoria e investigação da delinquência sexual)*, 2003, p. 210.
- ⁶⁰ MOURAZ LOPES, *ob. cit.*, p. 139.
- ⁶¹ NÉLSON HUNGRIA, *et al.*, *Comentários ao Código Penal*, vol. VIII, 1981, p. 162.
- ⁶² MAIA GONÇALVES, “Anotação ao art. 173.º”, in *Código Penal Português Anotado e Comentado*, 18.^a ed., 2007, p. 653 e VERA RAPOSO, *ob. cit.*, p. 954.
- ⁶³ ANTÔNIO DE ARAÚJO, *ob. cit.*, pp. 117/118; LEAL-HENRIQUES e SIMAS SANTOS, “Anotação ao art. 174.º”, in *Código Penal Anotado*, II vol., 3.^a ed., 2000, p. 449; e SARAGOÇA DA MATTA, *ob. cit.*, pp. 38 e 51. No mesmo sentido, ac. do STJ, de 16-6-2010.
- ⁶⁴ REIS ALVES, *ob. cit.*, p. 93.
- ⁶⁵ ANA ALFAIATE, *ob. cit.*, p. 85; CARMONA DA MOTA, “Crimes contra a liberdade sexual, crimes contra a autodeterminação sexual”, in *Jornadas de Direito Criminal*, 2.º vol., 1998, p. 210; CONCEIÇÃO CUNHA, “Crimes sexuais contra crianças e jovens”, in *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens, A função dos juízes sociais*, 2003, p. 212; JORGE DUARTE, *ob. cit.*, p. 106 e JOSÉ VILALONGA, “Breves reflexões sobre os arts. 174.º e 175.º do Código Penal: a cláusula abuso da inexperiência”, in *O Direito*, ano 137, n.º 3, 2005, pp. 541/542.
- ⁶⁶ FIGUEIREDO DIAS, “Anotação ao art. 174.º”, in *CCCP*, t. I, 1999, pp. 566/567 e FIGUEIREDO DIAS; MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 173.º”, *cit.*, p. 861.
- ⁶⁷ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, *cit.*, p. 79.
- ⁶⁸ Cf. ac. do STJ, de 19-3-92, in *CJ*, 1992, II, p. 8, segundo o qual: “é inexperiente a rapariga menor de 15 anos que nunca antes tenha mantido trato carnal com outro homem”; ac. do STJ, de 11-1-96; decisão instrutória do Tribunal de Santa Maria da Feira, de 29-4-97; ac. do TC n.º 247/05, *cit.*, par. 6.4 da Fundamentação e ac. do TRP, de 17-10-2012. Em sentido contrário e, a meu ver, com toda a razão, acs. do TRP, de 14-3-90 e do TRE, de 20-4-97, nos termos dos quais: “ainda que se provasse que a menor já não era virgem, tal não implicava necessariamente que a mesma não fosse inexperiente.”
- ⁶⁹ Em 2011, nos TJ de 1.^a instância, de 16 arguidos constituídos foram condenados apenas 7. Cf. as Estatísticas Oficiais da Justiça reproduzidas no Anexo III.
- ⁷⁰ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, *cit.*, p. 158.

- ⁷¹ ROBIN WARSHAW, *I Never Called It Rape: The Ms. Report on Recognizing, Fighting and Surviving Date and Acquaintance Rape*, 1994, p. xii.
- ⁷² PEDRO STRECHT, *Vontade de ser...*, cit., p. 65.
- ⁷³ COSTA ANDRADE, *Consentimento...*, cit., p. 396.
- ⁷⁴ JOSÉ VILALONGA, *ob. cit.*, p. 542, nota 27.
- ⁷⁵ Como, infelizmente, sucedeu na decisão instrutória do Tribunal de Santa Maria da Feira, cit.
- ⁷⁶ Neste sentido, ac. do TRE, de 29-3-05.
- ⁷⁷ Ac. do TRP, de 14-3-90.
- ⁷⁸ O erro sobre a idade da vítima exclui o dolo (art. 16.º, n.º 1) e, consequentemente, a punição (art. 13.º) Cf. FIGUEIREDO DIAS, “Anotação ao art. 171.º”, cit., pp. 840/841.
- ⁷⁹ Salientando a importância deste elemento, CLARA SOTTOMAYOR, “O Poder Paternal como Cuidado Parental e os Direitos da Criança”, in *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens, A função dos juízes sociais*, 2003, p. 32.
- ⁸⁰ Existem locais suscetíveis de coartarem a liberdade de decisão de uma pessoa, tais como, automóveis, lugar de pequenas dimensões que, em andamento, obriga à manutenção das pessoas no seu interior, e locais isolados.
- ⁸¹ ANTÓNIO DE ARAÚJO, *ob. cit.*, p. 240.
- ⁸² ANA RITA ALFAIATE, *ob. cit.*, p. 138.
- ⁸³ Neste sentido, o TRP, por ac. de 17/10/2012, entendeu que o casamento cigano não interfere com a previsão do art. 173.º
- ⁸⁴ FIGUEIREDO DIAS, “Anotação ao art. 171.º”, in *CCCP*, t. I, 2.ª ed., 2012, p. 834.
- ⁸⁵ Vd. o art. 23.º da Convenção de Lanzarote que impõe a criminalização da “abordagem de crianças para fins sexuais” através das NTICs.
- ⁸⁶ SUE MONTFORT; PEGGY BRICK, *ob. cit.*, p. 166.
- ⁸⁷ O manual, citado na nota anterior, insere vários formulários destinados a apurar quando é que o consentimento das/dos adolescentes para o relacionamento sexual com adultos pode ser válido e não prejudicial para as/os primeiras/os.
- ⁸⁸ PEDRO STRECHT, *Vontade de ser...*, cit., p. 122.
- ⁸⁹ BARRA DA COSTA, *ob. cit.*, pp. 36/37.
- ⁹⁰ JOSÉ VILALONGA, *ob. cit.*, p. 545.
- ⁹¹ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, cit., p. 161, nota 322.
- ⁹² SUE MONTFORT; PEGGY BRICK, *ob. cit.*, p. iii.
- ⁹³ FIGUEIREDO DIAS, “Anotação ao art. 174.º”, cit. p. 564; EDUARDO COSTA, “A revisão do Código Penal: tendências e contradições”, in *Cadernos da RMP*, n.º 7, 1995, p. 80; JOSÉ BELEZA, “O princípio da igualdade e a lei penal. O crime de estupro voluntário simples e a discriminação em razão do sexo”, in *BFD*, n.º especial, 1982, p. 596; MARGARIDA PEREIRA, in *AR: Reforma do CP: trabalhos preparatórios*, vol. III, 1995, p. 45.
- ⁹⁴ VERA RAPOSO, *ob. cit.*, p. 955.
- ⁹⁵ CARMO DIAS, *ob. cit.*, pp. 16 e 250.
- ⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 258.
- ⁹⁷ CONCEIÇÃO CUNHA, «*Constituição e Crime*». *Uma perspetiva da criminalização e da descriminalização*, 1995, pp. 380 e 389.
- ⁹⁸ DAVID FINKELHOR; ANGELA BROWNE, *ob. cit.*, p. 64.
- ⁹⁹ JUDITH HERMAN, *ob. cit.*
- ¹⁰⁰ CLARA SOTTOMAYOR, “O conceito...”, cit., p. 316.
- ¹⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 294.
- ¹⁰² FIGUEIREDO DIAS; MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 173.º”, cit., p. 861.
- ¹⁰³ MARIA JOÃO ANTUNES, “Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual de menores”, in *Julgar*, n.º 12, 2010, p. 157.
- ¹⁰⁴ ROBIN WARSHAW, *ob. cit.*, p. 3.
- ¹⁰⁵ COSTA ANDRADE, “A dignidade penal e a carência de tutela penal como referências de uma doutrina teleológico-racional do crime”, in *RPCC*, ano 2, n.º 2, 1992, p. 186.

- ¹⁰⁶ DULCE ROCHA, *As piores formas de trabalho infantil, o abuso sexual e os registos*, in <http://visao.sapo.pt/as-piores-formas-de-trabalho-infantil-o-abuso-sexual-e-os-registos=f670601>.
- ¹⁰⁷ FIGUEIREDO DIAS; MARIA JOÃO ANTUNES, “Anotação ao art. 173.º”, *cit.*, p. 864.
- ¹⁰⁸ PEDRO STRECHT, *A vontade de ser...*, *cit.*, p. 119.
- ¹⁰⁹ BARRA DA COSTA, *ob. cit.*, p. 177.
- ¹¹⁰ PEDRO STRECHT, *A vontade de ser...*, *cit.*, p. 119.
- ¹¹¹ CLARA SOTTOMAYOR, “A representação da infância nos Tribunais e a ideologia patriarcal”, in www.iscte.pt.
- ¹¹² CELINA MANITA, *ob. cit.*, p. 241.
- ¹¹³ BARRA DA COSTA, *ob. cit.*, p. 243.
- ¹¹⁴ MARIA ROSA CRUCHO DE ALMEIDA, “As relações entre vítimas e sistema de justiça criminal em Portugal”, in *RPCC*, ano 3, n.º 1, p. 105.
- ¹¹⁵ ROBIN WARSHAW, *ob. cit.*, pp. 11 e ss.
- ¹¹⁶ PEDRO STRECHT, *A vontade de ser...*, *cit.*, p. 64.
- ¹¹⁷ DULCE ROCHA, *Valorizamos os direitos das crianças?*, in <http://visao.sapo.pt/valorizamos-os-direitos-das-criancas=f652312>.
- ¹¹⁸ HOLLY HARNER, *Sexual Violence and Adolescents*, 2003, p. 4, in *VAWnet: The National Online Resource Center on Violence Against Women*, www.vawnet.org.
- ¹¹⁹ No mesmo sentido, art. 1.º da Convenção dos Direitos da Criança; art. 3.º, a) da Convenção de Lanzarote; e art. 2.º, a) da Diretiva 2011/92/UE.
- ¹²⁰ *Vd.* a exposição de motivos da Proposta de L n.º 98/X, de 7-09-06.
- ¹²¹ ANTÓNIO DE ARAÚJO, *ob. cit.*, pp. 186 e 201.
- ¹²² CLARA SOTTOMAYOR, “A representação da infância...”, *cit.*
- ¹²³ Ata n.º 10 do Conselho da Unidade de Missão para a Reforma Penal, 2006, in www.mj.gov.pt.
- ¹²⁴ MARIA JOÃO ANTUNES, “Crimes contra menores: incriminações para além da liberdade e da autodeterminação sexual”, in *BFD*, n.º 81, 2005, p. 64.
- ¹²⁵ Nos termos da Secção 5 do Capítulo 20 do Código Penal finlandês, comete o crime de abuso sexual aquele que pratica atos sexuais com um adolescente com menos de 18 anos, aproveitando-se da sua imaturidade e da diferença de idades entre ambos.
- ¹²⁶ PEDRO STRECHT, *A vontade de ser...*, *cit.*, p. 26.
- ¹²⁷ MARIA JOÃO ANTUNES, “Crimes contra menores...”, *cit.*, p. 67. No mesmo sentido, MICHAEL BAURMANN, “Sexuality, Adolescence and the Criminal Law”, in *Adolescence, Sexuality and the Criminal Law*, 2004, pp. 80/82.
- ¹²⁸ ANTÓNIO DE ARAÚJO, *ob. cit.*, p. 159.
- ¹²⁹ *Cf.* Anexo III. Sublinhe-se que, em relação aos outros crimes sexuais, o agressor é, na esmagadora maioria dos casos, do sexo masculino e a vítima é, quase sempre, do sexo feminino.
- ¹³⁰ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, *cit.*, p. 147. Negrito da minha responsabilidade.
- ¹³¹ MADALENA BARBOSA, “Invisibilidade e Tetos de Vidro: Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal “Público””, in *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 51, 1995, p. 13.
- ¹³² DIANA MAFFÍA, *Ciudadanía sexual: derechos, cuerpos, géneros e identidades*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65.
- ¹³³ EVE ENSLER, *I Am an Emotional Creature: The Secret Life of Girls Around the World*, 2010, p. xiv.
- ¹³⁴ CARLA MACHADO, “Abuso sexual de crianças”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Vol. 2 – Crianças, p. 44.
- ¹³⁵ SHIRLEY ASHER, *ob. cit.*, p. 15.
- ¹³⁶ DIANA MAFFÍA, *ob. cit.*
- ¹³⁷ PIERRE BOURDIEU, *La domination masculine*, 2002, p. 73.
- ¹³⁸ EVE ENSLER, *Embrace your inner girl*, in http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/eve_ensler_embrace_your_inner_girl.html. Negrito da minha responsabilidade. Negrito da minha responsabilidade.
- ¹³⁹ CLARA SOTTOMAYOR, “A situação das mulheres...”, *cit.*, p. 77. No mesmo sentido, ELIANE VOGEL-POLSKY, *Le droit à l'égalité des sexes contre l'égalité des droits. Des modifications nécessaires au Traité de*

-
- l'Union européenne, in*
http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65.
- ¹⁴⁰ JENNIFER TEMKIN e BARBARA KRAHÉ, *ob. cit.*, p. 209. Negrito da minha responsabilidade.
- ¹⁴¹ BARRA DA COSTA, *ob. cit.*, p. 212.
- ¹⁴² JENNIFER TEMKIN e BARBARA KRAHÉ, *ob. cit.*, p. 209.
- ¹⁴³ MADALENA BARBOSA, *ob. cit.*, p. 12.
- ¹⁴⁴ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979, entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa em 3 de setembro de 1981. Negrito da minha responsabilidade.
- ¹⁴⁵ ALDA FACIO, *La Igualdad Substantiva. Un Paradigma Emergente En La Ciencia Jurídica*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65 e ELIANE VOGEL-POLSKY, *Commentaire sur la Convention sur L'Élimination de toutes les formes de Discrimination a l'égard des Femmes (CEDAW)*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65.
- ¹⁴⁶¹⁴⁶ DULCE ROCHA, *Valorizamos os direitos das crianças?*, cit. e SARAH MCMAHON, *Changing Perceptions of Sexual Violence Over Time*, 2011, in *VAWnet: The National Online Resource Center on Violence Against Women*, www.vawnet.org.

LEGISLAÇÃO

1. Legislação Nacional

- Decreto de 10 de dezembro de 1852, que aprova o Código Penal.
- Decreto de 16 de setembro de 1886, que aprova o Código Penal.
- Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976.
- DL n.º 396/82, de 21 de setembro, alterado pelo DL n.º 456/85, de 29 de outubro, que regula a frequência de espetáculos e divertimentos públicos por menores.
- DL n.º 400/82, de 23 de setembro, que aprova o Código Penal.
- DL n.º 48/95, de 15 de março, que altera o Código Penal.
- Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, que altera o Código Penal.
- Lei n.º 98/2001, de 25 de agosto, que altera o Código Penal.
- Proposta de Lei n.º 98/X, de 7 de setembro de 2006.
- Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, que altera o Código Penal.
- Lei n.º 40/2010, de 3 de setembro, que altera o Código Penal.
- Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, que altera o Código Penal.

2. Legislação Estrangeira

- Código Penal Alemão, promulgado em 13 de novembro de 1998 e com a última alteração de 2 de outubro de 2009, tradução inglesa, consultado em <http://www.legislationline.org/documents/section/criminal-codes>, no dia 13 de junho de 2013, às 15h00.
- Código Penal Espanhol, alterado pela Lei Orgânica 5/2010, consultado em <http://despachoabogados.fullblog.com.ar/indice-codigo-penal-espanol2011%20atualizado.html>, no dia 14 de junho de 2013, às 15h00.
- Código Penal Francês, atualizado, consultado em <http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070719>, no dia 15 de junho de 2013, às 15h00.
- Código Penal Finlandês, aprovado em 1889 e com a última alteração em 2008, consultado em <http://legislationline.org/documents/section/criminal-codes>, no dia 16 de junho de 2013, às 15h00.
- Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, decretado pela Presidência da República do Brasil, consultado em <http://www.soleis.com.br/ebooks/0-eca.htm>, no dia 17 de maio de 2013, às 15h00.

3. Regulamentação Diversa

- Convenção Europeia dos Direitos Humanos, adotada pelo Conselho da Europa em 4 de novembro de 1950, entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa em 9 de novembro de 1978, consultada em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados04-11-950-ets5.html>, no dia 14 de junho de 2013, às 17h00.

- Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Resolução 1386 (XIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de novembro de 1959, consultada em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>, no dia 15 de abril de 2013, às 15h00.

- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979, entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa em 3 de setembro de 1981, consultada em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dm-conv-edcmulheres.html>, no dia 17 de abril de 2013, às 15h00.

- Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, consultada em http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf, no dia 15 de abril de 2013, às 17h00.

- Recomendação (2002) 5 do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados Membros, de 30 de abril de 2002, relativa à proteção das mulheres contra a violência, consultada em <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=280925&Site=CM>, no dia 15 de abril de 2013, às 22h00.

- Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho da União Europeia, de 22 de dezembro de 2003, relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, consultada em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:013:0044:0048:PT:PDF>, no dia 3 de junho de 2013, às 15h00.

- Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote em 25 de outubro de 2007, entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa em 1 de dezembro de 2012, consultada em http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/children/Source/LanzaroteConvention_por.pdf, no dia 5 de junho de 2013, às 16h30 («Convenção de Lanzarote»).

- Diretiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho, consultada em [http://eur-](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:335:0001:0014:PT:PDF)

[lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:335:0001:0014:PT:PDF](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:335:0001:0014:PT:PDF), no dia 3 de junho de 2013, às 22h00.

- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, de 7 de dezembro de 2000, 2007/C 303/01, consultada em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/32007X1214/htm/C2007303PT.01000101.htm>, no dia 12 de junho de 2013, às 16h00.

JURISPRUDÊNCIA

1. Bem jurídico protegido nos crimes sexuais

- Acórdão do STJ, de 13 de fevereiro de 1992, *in Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 414, p. 191.
- Acórdão do STJ, de 19 de outubro de 2000, processo n.º 2546/2000-5.^a, *in Sumários do Supremo Tribunal de Justiça*, n.º 44, p. 87.
- Acórdão do STJ, de 5 de abril de 2001, *in Coletânea de Jurisprudência*, 2001, Tomo II, p. 179.
- Acórdão do STJ, de 8 de maio de 2003, processo n.º 03P1090, *in* www.dgsi.pt, consultado em 13 de abril de 2013, às 15h00.
- Acórdão do TEDH, de 4 de dezembro de 2003, *M. C. c. Bulgarie*, *in* <http://hudoc.echr.coe.int>, consultado em 13 de junho de 2013, às 19h00.
- Acórdão do STJ, de 5 de setembro de 2007, processo n.º 07P2273, *in* www.dgsi.pt, consultado em 14 de abril de 2013, às 16h00.

2. Conceito de violência

- Acórdão do TRP, de 6 de março de 1991, *in Coletânea de Jurisprudência*, 1991, Tomo II, p. 287.

- Acórdão do STJ, de 25 de novembro de 1992, *in Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 227.
- Acórdão do TRC, de 17 de fevereiro de 1993, *in Coletânea de Jurisprudência*, 1993, Tomo I, p. 70.
- Acórdão do TJ de Coimbra, de 1 de fevereiro de 1994, *in Sub Judice*, n.º 6, p. 125.
- Acórdão do Tribunal Coletivo do 2.º juízo Criminal de Cascais, de 19 de março de 1996, *in Coletânea de Jurisprudência*, 1997, Tomo II, p. 285.
- Acórdão do TRC, de 26 de novembro de 2008, processo n.º 128/05.0JAAVR.C1, *in* www.dgsi.pt, consultado em 2 de maio de 2013, às 15h00.
- Acórdão do TRG, de 16 de março de 2009, processo n.º 127/01.1TACMN, *in* www.dgsi.pt, consultado em 3 de maio de 2013, às 17h00.
- Acórdão do STJ, de 23 de fevereiro de 2011, processo n.º 70/10.3PPLSB, *in* www.dgsi.pt, consultado em 3 de maio de 2013, às 23h00.
- Acórdão do STJ, de 5 de abril de 2013, *in Coletânea de Jurisprudência*, 2001, Tomo II, p. 179.
- Acórdão do TRP, de 13 de abril de 2013, processo n.º 476/09.0PBBGC.P1, *in* www.dgsi.pt, consultado em 7 de maio de 2013, às 03h00.

3. Atos homossexuais com adolescentes

- Acórdão do TEDH, de 9 de janeiro de 2003, *S. L. c. Autriche*, *in* <http://hudoc.echr.coe.int>, consultado em 22 de maio de 2013, às 18h00.
- Acórdão do TEDH, de 27 de março de 2001, *Sutherland c. Royaume-Uni*, *in* <http://hudoc.echr.coe.int>, consultado em 22 de maio de 2013, às 23h00.

- Acórdão do TC n.º 247/05, de 10 de maio de 2005, processo n.º 891/03, *in* www.tribunalconstitucional.pt, consultado em 21 de maio de 2013, às 15h00.
- Acórdão do TC n.º 351/2005, de 5 de julho de 2005, processo n.º 372/05, *in* www.tribunalconstitucional.pt, consultado em 21 de maio de 2013, às 17h00.

4. Estupro/Atos sexuais com adolescentes

- Acórdão do TRP, de 14 de março de 1990, processo n.º 0409084, *in* www.dgsi.pt, consultado em 4 de junho de 2013, às 15h00.
- Acórdão do STJ, de 13 de fevereiro de 1992, *in Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 414, p. 192.
- Acórdão do STJ, de 19 de março de 1992, *in Coletânea de Jurisprudência*, 1992, Tomo II, p. 8.
- Acórdão do STJ, de 29 de setembro de 1995, processo n.º 048310, *in* www.dgsi.pt, consultado em 6 de junho de 2013, às 18h00.
- Acórdão do STJ, de 11 de janeiro de 1996, processo n.º 048474, *in* www.dgsi.pt, consultado em 6 de junho de 2013, às 22h00.
- Decisão instrutória do Tribunal de Círculo e de Comarca de Santa Maria da Feira, de 29 de abril de 1997, processo n.º 117/97.
- Acórdão do TRP, de 28 de outubro de 1998, processo n.º 9840724, *in* www.dgsi.pt, consultado em 14 de junho de 2013, às 15h00.
- Acórdão do TRE, de 29 de março de 2005, processo n.º 2856/04-1, *in* www.dgsi.pt, consultado em 14 de junho de 2013, às 18h00.

- Sentença do 2.º Juízo Criminal do Barreiro, de 31 de julho de 2007, processo n.º 1484/04.3TABRR.
- Acórdão do TRL, de 27 de janeiro de 2009, in *Coletânea de Jurisprudência*, 2009, Tomo I, p. 156.
- Acórdão do STJ, de 16 de junho de 2010, processo n.º 703/08.1JDLSB.L1.S1, in www.dgsi.pt, consultado em 8 de junho de 2013, às 15h00.
- Acórdão do TRE, de 11 de setembro de 2012, processo n.º 214/09.8JAPTM.E1, in www.dgsi.pt, consultado em 30 de maio de 2013, às 15h00.
- Acórdão do TRP, de 17 de outubro de 2012, processo n.º 297/11.0JAPRT, in www.dgsi.pt, consultado em 12 de junho de 2013, às 15h00.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de - “Anotação ao art. 173.º”, in *Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010, 543-546.
- ALFAIATE, Ana Rita - *A Relevância Penal da Sexualidade dos Menores*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.
- ALMEIDA, Maria Rosa Crucho de – “As relações entre vítimas e sistema de justiça criminal em Portugal”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Lisboa: Aequitas Editorial Notícias, ano 3, n.º 1, Janeiro-Março 1993, 103-116.
- ALVES, Sénio Manuel dos Reis – *Crimes Sexuais. Notas e Comentários aos artigos 163º a 179º do Código Penal*, Coimbra: Almedina, 1995.
- ANDRADE, Manuel da Costa – “A dignidade penal e a carência de tutela penal como referências de uma doutrina teleológico-racional do crime”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Lisboa: Aequitas Editorial Notícias, ano 2, n.º 2, Abril-Junho 1992, 173-205.
- ANDRADE, Manuel da Costa - *Consentimento e Acordo em Direito Penal (Contributo para a fundamentação de um paradigma dualista)*, Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- ANTUNES, Maria João – “Anotação ao art. 175.º”, in *Comentário Conimbricense ao Código Penal, Parte Especial*, Dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, 1999, 569-575.
- ANTUNES, Maria João - “Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual de menores”, in *Julgar*, Director: José Mouraz Lopes, Coimbra: Coimbra Editora, grupo Wolters Kluwer, n.º 12 (especial), Setembro-Dezembro 2010, 153-161.

- ANTUNES, Maria João – “Crimes contra menores: incriminações para além da liberdade e da autodeterminação sexual”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, n.º 81, 2005, 57-71.
- ARAÚJO, António de - *Crimes sexuais contra menores. Entre o direito penal e a constituição*, Coimbra: Coimbra Editora, 2005.
- ASHER, Shirley Joseph – “The Effects of Childhood Sexual Abuse: A Review of the Issues and Evidence”, in *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues*, Lenore Walker editor, New York: Springer Publishing Company, 1988, 3-18.
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - *Reforma do Código Penal: trabalhos preparatórios*, volume III: Audição Parlamentar com os membros da Comissão Revisora, Lisboa: Assembleia da República, 1995.
- BARBOSA, Madalena – “Invisibilidade e Tectos de Vidro: Representações do Género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995 no Jornal "Público"”, in *Cadernos da Condição Feminina*, n.º 51, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.
- BASS, Elen; THORNTON, Louise; *et. al.* - *I Never Told Anyone: Writings by Women Survivors of Child Sexual Abuse*, William Morrow Paperback, 1991.
- BAURMANN, Michael – “Sexuality, Adolescence and the Criminal Law”, in *Adolescence, Sexuality and the Criminal Law: Multidisciplinary Perspective*, New York: The Haworth Press, 2004, 71-87.
- BELEZA, José Manuel Pizarro – “O princípio da igualdade e a lei penal. O crime de estupro voluntário simples e a discriminação em razão do sexo”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, n.º especial: *Estudos em Homenagem ao Prof. J. J. Teixeira Ribeiro*, volume III, Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1982, 437-608.

- BELEZA, Teresa Pizarro - “A revisão da Parte Especial na reforma do Código Penal: legitimação, reequilíbrio, privatização, «individualismo»”, in *Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998, 89-118.
- BOURDIEU, Pierre - *La domination masculine*, Paris: Seuil, 2002.
- CANHA, Jeni – “A criança vítima de violência”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Volume 2 – Crianças, Coordenação: Carla Machado e Rui abrunhosa Gonçalves, Coimbra: Quarteto Editora, 2002, 13-36.
- CARMO, Rui do; ALBERTO, Isabel; GUERRA, Paulo - *O Abuso Sexual de Menores. Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e a Psicologia*, 2.^a ed. Coimbra: Almedina, 2006.
- COLLI, Antonianna – “La tutela della persona nella recente legge sulla violenza sessuale all'epilogo di un travagliato cammino legislativo”, in *Rivista italiana di diritto e procedura penale*, Milano, ano 40, n.º 4, Ottobre-Dicembre 1997, 1163-1181.
- COSTA, Eduardo Maia – “A revisão do Código Penal: tendências e contradições”, in *Cadernos da Revista do Ministério Público*, Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, n.º 7, 1995, 69-85.
- COSTA, José Martins Barra da – *Sexo, Nexo e Crime (Teoria e investigação da delinquência sexual)*, Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- CUNHA, Maria Conceição Ferreira da - «*Constituição e Crime*». *Uma perspectiva da criminalização e da descriminalização*, Porto: Universidade Católica Portuguesa Editora, 1995.
- CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da – “Breve reflexão acerca do tratamento jurídico-penal do incesto”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Diretor: Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra: Coimbra Editora, ano 12, n.º 3, Julho-Setembro 2002, 343-370.

- CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da - “Crimes sexuais contra crianças e jovens”, in *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens, A função dos juízes sociais, Actas do Encontro*, Coordenação de Maria Clara Sottomayor, Coimbra: Almedina, 2003, 189-227.
- CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da – “Questões actuais em torno de uma "vexata quaestio": o crime continuado”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, 321-370.
- DIAS, Jorge de Figueiredo – “Anotação ao art. 171.º”, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Tomo I, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, 822-845.
- DIAS, Jorge de Figueiredo – “Anotação ao art. 174.º”, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora, 1999, 560-568.
- DIAS, Jorge de Figueiredo – “Nótula antes do art. 163.º”, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Tomo I, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, 708-713.
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANTUNES, Maria João – “Anotação ao art. 173.º”, in *Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial*, Dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Tomo I, 2.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, 852-864.
- DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva - *Crimes Sexuais com Adolescentes (Particularidades dos Artigos 174 e 175 do Código Penal Português)*, Coimbra: Almedina, 2006.
- DUARTE, Jorge Manuel Vaz Monteiro Dias - “Homossexualidade com menores. Artigo 175.º do Código Penal”, in *Revista do Ministério Público*, Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ano 20, n.º 78, Abril-Junho 1999, 73-113.

- ENSLER, Eve – *Embrace your inner girl*, in http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/eve_ensler_embrace_your_inner_girl.html, consultado no dia 20 de junho de 2013, à 00h12.

- ENSLER, Eve - *I Am an Emotional Creature: The Secret Life of Girls Around the World*, United States: Villard, 2010.

- FACIO, Alda - *La Igualdad Substantiva. Un Paradigma Emergente En La Ciencia Jurídica*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65, consultado no dia 27 de junho de 2013, às 22h30.

- FIGUEIREDO, Bárbara; FERNANDES, Eugénia; MATOS, Raquel e MAIA, Ângela – “Maus tratos na infância: Trajectórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Volume 1 – Adultos, Coordenação: Carla Machado e Rui abrunhosa Gonçalves, 2.^a ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2003, 163-210.

- FINKELHOR, David; BROWNE, Angela – “Assessing the Long-Term Impact of Child Sexual Abuse: A Review and Conceptualization”, in *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues*, Lenore Walker editor, New York: Springer Publishing Company, 1988, 55-71.

- GERSÃO, Eliana – “Crimes sexuais contra crianças. O direito penal português à luz das resoluções do Congresso de Estocolmo contra a exploração sexual de crianças para fins comerciais”, in *Infância e Juventude*, Lisboa: Ministério da Justiça – Instituto de Reinserção Social, n.º 2/97, Abril-Junho 1997, 9-30.

- GONÇALVES, Manuel Lopes Maia – “Anotação ao art. 173.º”, in *Código Penal Português Anotado e Comentado, Legislação Complementar*, 18.^a ed. Coimbra: Almedina, 2007, 651-653.

- GRAUPNER, Helmut – “Sexual Consent: The Criminal Law in Europe and Outside of Europe”, in *Adolescence, Sexuality and the Criminal Law: Multidisciplinary Perspective*, New York: The Haworth Press, 2004, 111-164.

- HARNER, Holly - *Sexual Violence and Adolescents*, April 2003, 1-14, in *VAWnet: The National Online Resource Center on Violence Against Women*, www.vawnet.org, consultado no dia 23 de junho de 2013, às 19h00.

- HERMAN, Judith Lewis - *Trauma and Recovery*, 1992, in <https://extranet.dhss.alaska.gov/comm/jmt/BTKH%20WG/resources/Trauma%20Resources/Trauma%20and%20Recovery%20Primer.doc.>, consultado no dia 25 de junho de 2013, às 19h00.

- HUNGRIA, Néilson; LACERDA, Romão Côrtes de; FRAGOSO, Heleno Cláudio – *Comentários ao Código Penal*, volume VIII, 5.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

- LEAL-HENRIQUES, Manuel de Oliveira; SANTOS, Manuel José Carrilho de Simas – “Anotação ao art. 174.º”, in *Código Penal Anotado*, II Volume, 3.^a ed. Lisboa: Rei dos Livros, 2000, 447-450.

- LEITE, Inês Ferreira – “A tutela penal da liberdade sexual”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Diretor: Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra: Coimbra Editora, grupo Wolters Kluwer, ano 21, n.º 1, Janeiro-Março 2011, 29-94.

- LOPES, José Mouraz - *Os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual no Código Penal*, 4.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

- MACHADO, Carla - “Abuso sexual de crianças”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Volume 2 – Crianças, Coordenação: Carla Machado e Rui abrunhosa Gonçalves, Coimbra: Quarteto Editora, 2002, 39-93.

- MAFFÍA, Diana - *Ciudadanía sexual: derechos, cuerpos, géneros e identidades*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65, consultado no dia 24 de junho de 2013, às 15h00.

- MAGALHÃES, Teresa - *Maus Tratos Em Crianças e Jovens*, Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

- MAGALHÃES, Teresa (coordenação) - *Abuso de Crianças e Jovens - Da suspeita ao diagnóstico*, Lisboa: Lidel, 2010.
- MANITA, Celina – “Quando as portas do medo se abrem... Do impacto psicológico ao(s) testemunho(s) de crianças vítimas de abuso sexual”, in *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens, A função dos juízes sociais, Actas do Encontro*, Coordenação de Maria Clara Sottomayor, Coimbra: Almedina, 2003, 229-253.
- MATTA, Paulo Saragoça da – “Criminalização de actos homossexuais com adolescentes (Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 247/05)”, in *Jurisprudência Constitucional*, n.º 5, Janeiro-Março 2005, 24-54.
- MCMAHON, Sarah - Changing Perceptions of Sexual Violence Over Time, October 2011, in *VAWnet: The National Online Resource Center on Violence Against Women*, www.vawnet.org, consultado no dia 24 de junho de 2013, às 19h00.
- MONTFORT, Sue; BRICK, Peggy - *Unequal Partners: Teaching About Power and Consent in Adult-Teen and Other Relationships*, 3rd Ed. New Jersey: Geraldine r. Dodge Foundation, 2007.
- MOTA, J. Carmona da – “Crimes contra a liberdade sexual, crimes contra a autodeterminação sexual”, in *Jornadas de Direito Criminal – Revisão do Código Penal*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2.º volume, 1998, 199-226.
- PORTUGAL - *Actas da Unidade de Missão para a Reforma Penal*, 2006, in www.mj.gov.pt, consultado em 9 de junho de 2013, às 15h00.
- RAMOS, Fernando João Ferreira – “Estupro e Violação — Ontem e Hoje”, in *Jornadas de Direito Criminal - Revisão do Código Penal*, 2.º volume, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1998, 181-198.
- RAPOSO, Vera Lúcia - “Da moralidade à liberdade: o bem jurídico tutelado na criminalidade sexual”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, organizado por Manuel da Costa Andrade, Coimbra: Coimbra Editora, 2003, 931-962.

- REYMOND-RIVIER, Berthe - *O desenvolvimento social da criança e do adolescente*, tradução de Manuel Gonçalves, 2.^a ed. Lisboa: Editorial Aster, 1977.
- RIND, Bruce – “An Empirical Examination of Sexual Relations Between Adolescents and Adults: they Differ from those Between Children and Adults and Should be treated Separately”, in *Adolescence, Sexuality and the Criminal Law: Multidisciplinary Perspective*, New York: The Haworth Press, 2004, 55-62.
- ROCHA, Dulce - *A força da sensibilização nas mudanças necessárias*, in <http://visao.sapo.pt/a-forca-da-sensibilizacao-nas-mudancas-necessarias=f693702>, consultado no dia 21 de junho de 2013, às 16h00.
- ROCHA, Dulce - *As piores formas de trabalho infantil, o abuso sexual e os registos*, in <http://visao.sapo.pt/as-piores-formas-de-trabalho-infantil-o-abuso-sexual-e-os-registos=f670601>, consultado no dia 21 de junho de 2013, às 18h00.
- ROCHA, Dulce - *Valorizamos os direitos das crianças?*, in <http://visao.sapo.pt/valorizamos-os-direitos-das-criancas=f652312>, consultado no dia 21 de junho de 2013, às 20h00.
- RUSSEL, Diana – “The Incidence and Prevalence of Intrafamilial and Extrafamilial Sexual Abuse of Female Children”, in *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues*, Lenore Walker editor, New York: Springer Publishing Company, 1988, 19-36.
- SOTTOMAYOR, Maria Clara – “A representação da infância nos Tribunais e a ideologia patriarcal”, 2007, in www.iscte.pt, consultado em 7 de junho de 2013, às 15h00.
- SOTTOMAYOR, Maria Clara – “A situação das mulheres e das crianças 25 anos após a Reforma de 1977”, in *Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*, Volume I - Direito da Família e das Sucessões, Coimbra: Coimbra Editora, 2004, 75-174.

- SOTTOMAYOR, Maria Clara – “O conceito legal de violação: um contributo para a doutrina penalista. A propósito do acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de abril de 2011”, in *Revista do Ministério Público*, Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ano 32, n.º 128, Outubro-Dezembro 2011, 273-318.
- SOTTOMAYOR, Maria Clara – “O método da narrativa e a voz das vítimas de crimes sexuais”, *Revista Electrónica de Direito Constitucional & Filosofia Jurídica*, 2007, in <http://constitutio.tripod.com/id7.html>, consultado em 13 de abril de 2013, às 16h00.
- SOTTOMAYOR, Maria Clara – “O Poder Paternal como Cuidado Parental e os Direitos da Criança”, in *Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens, A função dos juízes sociais, Actas do Encontro*, Coordenação de Maria Clara Sottomayor, Coimbra: Almedina, 2003, 9-63.
- STEINBERG, Laurence; CAUFFMAN, Elizabeth; WOOLARD, Jennifer; GRAHAM, Sandra; BANICH, Marie – “Are Adolescents Less Mature Than Adults?”, in *American Psychologist*, volume 64, n.º 7, 2009, 583–594, in <http://www.wisspd.org/htm/ATPracGuides/Training/ProgMaterials/Conf2011/AdDev/AA LMA.pdf>, consultado em 6 de junho de 2013, às 15h00.
- STRECHT, Pedro – *Crescer Vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- STRECHT, Pedro – *Vontade de ser. Textos sobre adolescência*, Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.
- TEMKIN, Jennifer; KRAHÉ, Barbara - *Sexual Assault and the Justice Gap: A Question of Attitude*, USA: Hart Publishing, 2008.
- VILALONGA, José Manuel – “Breves reflexões sobre os artigos 174.º e 175.º do Código Penal: a cláusula abuso da inexperiência”, in *O Direito: revista de jurisprudência e legislação*, Diretor: Inocêncio Galvão Telles, Lisboa: Typographia Lisbonense, ano 137.º, n.º 3, 2005, 527-546.

- VOGEL-POLSKY, Eliane - *Commentaire sur la Convention sur L'Élimination de toutes les formes de Discrimination a l' égard des Femmes (CEDAW)*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65, consultado no dia 25 de junho de 2013, às 17h00.

- VOGEL-POLSKY, Eliane - *Le droit à l'égalité des sexes contre l'égalité des droits. Des modifications nécessaires au Traité de l'Union européenne*, in http://www.apmj.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=65, consultado no dia 25 de junho de 2013, às 15h00.

- WARSHAW, Robin - *I Never Called It Rape: The Ms. Report on Recognizing, Fighting and Surviving Date and Acquaintance Rape*, New York: Harper Perennial, 1994.

- WEST, Robin – *Caring for Justice*, New York University Press, 1999.

APÊNDICE I

A distinta proteção da liberdade e autodeterminação sexual das crianças e das/dos adolescentes consoante a idade¹

ATO PRATICADO	REQUISITOS ADICIONAIS	IDADE DA VÍTIMA	PENA	ARTIGOS
Cópula, coitos anal ou oral, e introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, através de violência ou meios análogos		Menos de 14 anos	4 anos e 6 meses a 15 anos de prisão	164.º, n.º 1 e 177.º, n.º 6
		Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 16	4 anos a 13 anos e 4 meses de prisão	164.º, n.º 1 e 177.º, n.º 5
		Idade igual ou superior a 16 anos e inferior a 18	3 a 10 anos de prisão	164.º, n.º 1
Outros atos sexuais de relevo, através de violência ou meios análogos		Menos de 14 anos	1 ano e 6 meses a 12 anos de prisão	163.º, n.º 1 e 177.º, n.º 6
		Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 16 anos	1 ano e 4 meses a 10 anos e 8 meses de prisão	163.º, n.º 1 e 177.º, n.º 5
		Idade igual ou superior a 16 anos e inferior a 18 anos	1 a 8 anos de prisão	163.º, n.º 1
Cópula, coitos anal ou oral, e introdução vaginal ou anal de partes do		Menos de 14 anos	3 a 10 anos de prisão	171.º, n.º 2
	Sobre adolescente confiado ao	Idade igual ou superior a 14 anos e inferior	1 a 8 anos de prisão	172.º, n.º 1

¹ O quadro demonstrativo da gradação da proteção das crianças e adolescentes consoante a idade não pretende ser exaustivo, incidindo apenas sobre os arts. mais relevantes para o tema do presente trabalho. Refira-se que a sua elaboração foi inspirada nos elucidativos quadros de REIS ALVES, *Crimes Sexuais. Notas e Comentários aos artigos 163º a 179º do Código Penal*, Coimbra: Almedina, 1995, pp. 109/111.

corpo ou objetos, obtidos sem violência ou meios análogos	agente para educação ou assistência	a 18 anos		
	Com abuso da inexperiência da/do adolescente	Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 16 anos	1 mês a 3 anos de prisão ou multa de 10 a 360 dias	173.º, n.º 2
Outros atos sexuais de relevo, obtidos sem violência ou meios análogos		Menos de 14 anos	1 a 8 anos de prisão	171.º, n.º 1
	Sobre adolescente confiado ao agente para educação ou assistência	Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 18 anos	1 a 8 anos de prisão	172.º, n.º 1
	Com abuso da inexperiência da/do adolescente	Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 16 anos	1 mês a 2 anos de prisão ou multa de 10 a 240 dias	173.º, n.º 1
Atos exibicionistas, constrangimento a contacto sexual, e atuação sobre a vítima por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos		Menos de 14 anos	1 mês a 3 anos de prisão	171.º, n.º 3 (sem intenção lucrativa)
			6 meses a 5 anos de prisão	171.º, n.º 4 (com intenção lucrativa)
	Sobre adolescente confiado ao agente para educação ou assistência	Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 18 anos	1 mês a 1 ano de prisão	172.º, n.º 2 (sem intenção lucrativa)
			1 mês a 3 anos de prisão ou multa de 10 a 360 dias	172.º, n.º 3 e 47.º, n.º 1 (com intenção lucrativa)
	Com abuso da inexperiência da/do adolescente	Idade igual ou superior a 14 anos e inferior a 16 anos	Não punível	

ANEXO I

TABLE 2.1 Different Measures of the Prevalence and Incidence of Intrafamilial and Extrafamilial Child Sexual Abuse (Separated)

	Women who had at least one experience (Prevalence) (N = 930)	Number of experiences of sexual abuse with different perpetrators* (Incidence)	
	Sample Percentage	Number	Number
Intrafamilial abuse of females involving sexual contact under 18 years**	16	152	187
Intrafamilial abuse of females involving sexual contact under 14 years**	12	108	134
Extrafamilial sexual abuse of females involving petting or genital sex under 18 years	31	290	461
Extrafamilial sexual abuse of females involving petting or genital sex under 14 years	20	189	255

*Multiple attacks by the same perpetrator are only counted once; abuse involving multiple perpetrators is also counted as only one experience.

**8 cases of intrafamilial abuse are excluded because of missing data on the age of the respondent.

TABLE 2.2 Different Measures of the Prevalence of Intrafamilial and Extrafamilial Child Sexual Abuse of Females (Combined)

	Women who had at least one experience (<i>N</i> = 930)	
	Sample percentage	Number
Intrafamilial and/or extrafamilial sexual abuse of females under 18 years	38	357
Intrafamilial and/or extrafamilial sexual abuse of females under 14 years	28	258
Intrafamilial and/or extrafamilial sexual abuse of females under 18 years—broad definition (includes noncontact experiences, e.g., exhibitionism, sexual advances not acted upon, etc.)	54	504
Intrafamilial and/or extrafamilial sexual abuse of females under 14 years—broad definition (as above)	48	450

Estudo realizado em São Francisco, nos EUA, que incidiu sobre 930 mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, retirado de DIANA RUSSEL – “The Incidence and Prevalence of Intrafamilial and Extrafamilial Sexual Abuse of Female Children”, in *Handbook on Sexual Abuse of Children: Assessment and Treatment Issues*, Lenore Walker editor, New York: Springer Publishing Company, 1988, pp. 25-26.

ANEXO II

Quadro II – Sintomas frequentemente exibidos por crianças e adolescentes abusados (Trickett & Putnam, 1998; Lutzker et al., 1999; West, 1991; Oates, 1989; Wolfe & Birt, 1997; Everstine & Everstine, 1989; Morgan, 1995)

Indicadores físicos	Indicadores comportamentais		
	<i>Externalização</i>	<i>Internalização</i>	<i>Conduta sexual</i>
Lesões genitais ou anais	Comportamento agressivo e disruptivo	Ansiedade, medos	Masturbação compulsiva
Doença venérea	Mentira	Depressão	Expressão sexualizada de afecto
Dor ou prurido genital constante	compulsiva	Evitamento social, isolamento	Linguagem sexual precoce
Alterações do apetite	Declínio do rendimento escolar	Vinculação pouco selectiva, busca indiscriminada de afecto e aprovação	Comportamento sexual inadequado para a idade
Alterações do sono	Problemas de atenção	Comportamento regressivo (e.g., enurese)	Elevado número de parceiros sexuais
Quicixas somáticas novas (especialmente gastrointestinais)	Fugas repetidas da escola ou de casa	Auto-mutilação	Prostituição
Mudança significativa na aparência (e.g., peso, higiene)	Abuso de drogas ou álcool	Ideação suicida e tentativas de suicídio	Medo e vergonha quanto ao toque ou nudez
	Conduta antissocial		

Quadro retirado de MACHADO, Carla - “Abuso sexual de crianças”, in *Violência e Vitimas de Crimes*, Volume 2 – Crianças, Coordenação: Carla Machado e Rui abrunhosa Gonçalves, Coimbra: Quarteto Editora, 2002, p. 51.

ANEXO III

Dados estatísticos

II-I - Dados estatísticos fornecidos pela Polícia Judiciária²

Inquéritos investigados nos anos de 2008 a 2010 na Polícia Judiciária

	Abuso Sexual de Crianças	Atos sexuais com adolescentes	Pornografia de menores	Violação	Coacção Sexual
2008	995	132	160	443	131
2009	1216	107	92	618	113
2010	1130	152	81	483	62

3

² Os quadros anexados foram retirados de um *power point* fornecido por ALEXANDRA ANDRÉ, Coordenadora da Investigação Criminal da Polícia Judiciária, aquando da sua intervenção subordinada ao tema “A investigação criminal e o agressor sexual”. Tal intervenção ocorreu no Simpósio sobre Agressores Sexuais, realizado em 15 de março de 2012, em Lisboa, ao qual assistimos.

³ Nos termos da informação prestada pelo Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, PEDRO DO CARMO, relativamente ao ano de 2011 e ao crime de atos sexuais com adolescentes, foram investigados 131 inquéritos e constituídos 39 arguidos.

Sexo do autor

		Abuso Sexual de Crianças	Actos sexuais com adolescentes	Pornografia de menores	Violação	Coacção Sexual
Inquéritos entrados		1130	152	81	483	62
Arguidos constituídos		333	34	13	170	18
Sexo	M	327	34	13	170	18
	F	6	0	0	0	0

O agressor sexual é do sexo masculino

Sexo das vítimas

		Abuso Sexual de Crianças	Actos sexuais com adolescentes	Pornografia de menores	Violação	Coacção Sexual
Inquéritos entrados		1130	152	81	483	62
Vítimas		1245	157	36	499	70
Sexo	M	265	16	5	36	9
	F	980	141	31	463	61

O agressor sexual prefere vítimas do sexo feminino

Relação autor / vítima

Relação	Abuso Sexual de Crianças	Actos sexuais com adolescentes	Pornografia de menores	Violação	Coacção Sexual
Inquéritos entrados	1130	152	81	483	62
Familiar	472	27	2	59	6
Conhecimento	342	97	11	222	21
Formação	13	4	0	0	0

O agressor sexual conhece a vítima. Por “conhecimento” pretende-se significar vizinhos, amigos dos pais, amigos das próprias vítimas. Já por “formação” pretende-se significar professores, educadores, vigilantes de escolas, professores de atividades extracurriculares.

Local da prática dos factos

Área	Abuso Sexual de Crianças	Actos sexuais com adolescentes	Pornografia de menores	Violação	Coacção Sexual
Inquéritos entrados	1130	152	81	483	62
Residencial	678	102	13	207	21
Comercial	49	6	3	44	2
Isolada	176	17	1	203	37
Formação	39	4	5	14	0

O agressor sexual prefere locais conhecidos ou locais isolados

II-II Estatísticas Oficiais da Justiça⁴

Processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância

Ano		2011	2010	2009	2008	2007
Crime (nível 3)	↑	<u>Nº</u> <u>Processos</u>	<u>Nº</u> <u>Processos</u>	<u>Nº</u> <u>Processos</u>	<u>Nº</u> <u>Processos</u>	<u>Nº</u> <u>Processos</u>
Violação simples e agravada		116	101	98	102	97
Coação, abuso e fraude sexual		55	50	54	56	46
Tráfico de pessoas e lenocínio		66	55	63	60	54
Lenocínio e tráfico de menores		4	3	3
Ab.sex.crianças/menor dependen		302	287	254	273	246
Atos sex/homossex c/adolesc		13	17	5	10	6
Recurso prostit. menores	
Pornografia de menores		9	6	3
Outr contra liberd autodet sex		58	65	42	40	28

⁴ Os quadros anexados foram retirados de http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_634834355184531250.

Arguidos em processos crime nos tribunais judiciais de 1.ª instância

Ano		2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Crime (nível 3)	↑	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>	<u>Nº</u> <u>Argui</u> <u>dos</u>
Violação simples e agravada		129	115	114	141	119	71	92	80	78
Viol c/ab.autori simples/agrav		9	5	7	7
Coação, abuso e fraude sexual		69	55	61	70	51	47	45	34	38
Coac sex.c/ab.autori simp/agrv		4	..	3
Tráfico de pessoas e lenocínio		191	130	191	192	137	65	67	45	51
Lenocínio e tráfico de menores		..	5	4	6	3	6
Ab.sex.crianças/ menor dependen		339	336	297	311	271	226	209	211	195
Atos sex/homossex c/adolesc		16	23	13	12	9	10	8	9	11
Recurso prostit. menores		3
Pornografia de menores		9	6	5
Outr contra liberd autodet sex		62	73	44	47	30	44	29	34	49

Condenados em processos crime nos tribunais judiciais de 1.ª instância

Ano		2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Crime (nível 3)	↑	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>	<u>Nº Conde nados</u>
Violação simples e agravada		90	78	56	91	65	43	66	44	53
Viol c/ab.autori simples/agrav		8	..	6	..
Coação, abuso e fraude sexual		44	38	48	30	23	28	31	23	25
Coac sex.c/ab.auto ri simp/agrv		3
Tráfico de pessoas e lenocínio		112	87	102	118	107	49	55	27	41
Lenocínio e tráfico de menores		..	4	4
Ab.sex.crianç as/menor dependen		224	244	217	206	195	161	151	147	148
Atos sex/homossex c/adolesc	7	7	7	9	6	3	4	3	4	9
Recurso prostit. menores	
Pornografia de menores		8	5	4
Outr contra liberd autodet sex		43	42	20	27	14	21	16	19	24